

14 / 1994

Índice

PORTUGAL E A PARTILHA DO MUNDO

7 Editorial

Estudos

- 11 Paulo Drumond Braga e Isabel Mendes Drumond Braga
As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem
- 23 Ulrich Fleischmann, Mathias Rohrig Assunção e Zinka Ziebell-Wendt
Os Tupinambá. Realidade e ficção nos relatos quinhentistas
- 42 Jill Dias
Mudanças nos padrões de poder no «hinterland» de Luanda.
O impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)

Em debate: Abolicionismo

- 95 João Pedro Marques
Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico
de escravos portugueses
- 119 Valentim Alexandre
Projecto colonial e abolicionismo

Biblioteca

- 129 Rita Costa Gomes
Cerimónias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito
de um livro recente

Estado da questão: Historiografia

- 139 José Miguel Sardica
Do relativismo ao cientismo, uma superação das vanguardas historiográficas?
- 151 Jean-Frédéric Schaub
A história política dos *Annales E.S.C.* Mutações e reformulações
- 179 Pedro Cardim
A análise cultural no campo historiográfico
- 201 Manuel Baiôa
A ditadura militar na historiografia recente

Biblioteca

- 221 Maria Idalina Portugal
Provas académicas de 1992-93

Leituras

- 233 Recensões de José das Candeias Sales, Pedro Cardim,
Luís Nuno Rodrigues e António Manuel Hespanha
- 245 Maria de Fátima Nunes
In Memoriam J. S. Silva Dias

MUDANÇAS NOS PADRÕES DE PODER
NO «HINTERLAND» DE LUANDA
O IMPACTO DA COLONIZAÇÃO SOBRE OS MBUNDU (c. 1845-1920)

Jill Dias

Instituto de Investigação Científica Tropical
e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Durante o século XIX, as sociedades mbundu no *hinterland* de Luanda foram transformadas, a vários níveis, pelas novas exigências comerciais ultramarinas e pela expansão colonial, o que levou à dissolução das formas «tradicionais» de autoridade e à perda de autonomia. Este processo desenvolveu-se em duas fases distintas, correspondentes às tendências do mercado externo e às oscilações na política colonial portuguesa. De meados de 1840 até cerca de meados de 1870, qualquer intervenção eficaz dos Portugueses no interior de Angola foi sendo minada pelo fraco poder militar e pela falta de capital: a colonização aumentou ligeiramente mas restringiu-se praticamente à costa, planos para desenvolver a agricultura e comércio europeus, baseados no aproveitamento não remunerado da mão-de-obra africana, ficaram, na sua grande maioria, por realizar. Pelo contrário, estes anos destacam-se pelo crescimento da actividade comercial dos Mbundu, em resposta ao aumento da procura internacional de uma variedade de produtos, para além dos escravos. Tal favoreceu inicialmente grande parte das autoridades políticas Mbundu, cujo domínio sobre os recursos de terra, pessoas e rotas comerciais lhes permitiu explorar novas oportunidades através da colecta de tributos ou portagens. Mais significativa ainda, esta situação minou-lhes a posição, ao alargar as oportunidades dos parentes mais novos de acumular riqueza e assim atingir independência política. Estes desenvolvimentos coincidiram com uma fase de expansão colonial mais vigorosa a partir de meados dos anos 70, o que intensificou o conflito dentro e fora das diferentes sociedades e dos grupos raciais que habitavam os territórios mbundu. O alargamento da colonização europeia e o eventual estabelecimento da supremacia branca levou ao eclipse da iniciativa económica

e política mbundu a todos os níveis, contribuindo para a pauperização de grandes segmentos da população por volta de 1920.

Ao descrever estas mudanças, este ensaio centra-se, embora não exclusivamente, no espaço de terra entre os rios Kwanza e Nzenza Bengo, que formava o núcleo da ocupação colonial portuguesa durante o século XIX. A partir desta perspectiva, tenta-se, sempre que possível, iluminar algumas das formas através das quais subgrupos mbundu vizinhos se relacionavam com o comércio externo e o poder colonial. O seu objectivo é fornecer um plano preliminar da história mbundu neste período, que poderá ser útil para posteriores estudos em profundidade¹.

1. *Padrões políticos e sociais dos Mbundu no final do tráfico de escravos ultramarino.*

Por volta de 1840, os Mbundu, de língua kimbundu, concentravam-se aproximadamente na área compreendida entre os rios Lifune, no Norte, e Longa, no Sul, não ultrapassando, a leste, a área do rio Kwango. Vários séculos de influência portuguesa, bem como o tráfico ultramarino de escravos, haviam modificado profundamente a composição étnica da população através do influxo de escravos de variadas zonas do interior e da miscigenação com a raça e a cultura europeias. Enquanto a maior parte dos grupos imigrantes se haviam fundido com os Mbundu, existia ainda uma minoria que mantinha firmemente a sua identidade étnica. Dentro desta minoria, os mais importantes, chamados Mubire pelas fontes portuguesas, eram originários da costa de Loango. Apesar de os Mubire nunca se terem fundido completamente com os Mbundu, eles relacionaram-se estreitamente com a economia portuguesa-mbundu enquanto comerciantes e hábeis artesãos. Muito antes de 1800, já desempenhavam o papel de intermediários no tráfico ultramarino de escravos entre os reinos mbundu de Matamba e Kasanje (a leste) e a costa do Atlântico, até ao norte de Luanda, estabelecendo-se em aglomerados agrícolas permanentes entre os rios Bengo e Dande. Por volta do século XIX, ferreiros e comerciantes itinerantes mubire eram uma presença constante em toda a Angola portuguesa².

Devido à irregularidade das chuvas em quase todo o território, as maiores concentrações humanas encontravam-se nos vales mais húmidos e ao longo das margens de ribeiros e rios. A grande maioria compunha-se de agricultores que viviam em aldeias matrilineares, explorando colectivamente uma área específica onde solo cultivado e habitações se alternavam em

regime rotativo, após alguns anos. A introdução de novas colheitas, especialmente o milho, a mandioca e o amendoim haviam transformado o alcance e a escala, embora não as técnicas, da agricultura mbundu antes de 1800, aumentando possivelmente a resistência à fome: as qualidades de mandioca, resistentes à seca, e a possibilidade de duplicar a produção da mesma extensão de terreno, fizeram destas a parte mais importante das colheitas dos agricultores mbundu. No entanto, perto da costa, a seca e a fome permaneciam uma ameaça constante. Em algumas regiões de terras baixas parecem ter ocorrido regularmente dispersões temporárias dos habitantes em busca de sustento, durante as estações secas entre Abril e Setembro. Os habitantes do interior montanhoso e árido perto de Cambambe, por exemplo, atravessavam o Kwanza até às regiões mais irrigadas de Libolo; outros migravam para o Norte, em direcção às zonas montanhosas de Kazengu e Ngulungu, para além do rio Lukala³. Aqui, a relativa abundância de comida contrastava com as condições de vida mais incertas, perto da costa. Duas colheitas anuais de milho e feijão são relatadas de Kazengu, durante a década de 1840, e o intercâmbio dos excedentes de grão e farinha, da região de Lukala, por sal, ou mesmo escravos, ao longo do rio Kwanza, era uma característica típica do comércio local, especialmente em tempos de fome⁴.

O cultivo era combinado com uma variedade de outras actividades, principalmente a caça, a criação de gado (cabras, porcos e galinhas), um amplo leque de manufacturas artesanais e uma importante indústria de trabalho de ferro, a partir dos ricos depósitos de minério de ferro encontrados ao longo da orla ocidental da região dos planaltos. O gado era especialmente valorizado como fonte de riqueza e de *status* político. A posse de manadas estava limitada às áreas livres da mosca tsé-tsé: embora algum gado fosse criado por toda a região ao norte do Kwanza, pouco sobrevivia nas planícies costeiras ou nas terras altas a norte dos rios Lukala e Nzenza-Bengo. As maiores manadas desenvolviam-se largamente nos planaltos de vastas pastagens a céu aberto, a nordeste. Pensa-se que tenham existido mais de vinte mil cabeças de gado nas regiões de Mbaka, Kambambe e de Pungu a Ndongo, na década de 1830⁵. A qualidade superior do gado proveniente da zona leste de Mbondo foi assinalada pelos contemporâneos⁶.

A riqueza e o poder individuais continuaram a ser determinados pelo número de homens e mulheres – especialmente parentes e «escravos», ou clientes dependentes – controlados por um indivíduo. As variações regionais na densidade populacional por altura do século XIX reflectiam as diferenças históricas na interacção de diferentes subgrupos mbundu com os interesses coloniais portugueses. Em especial, séculos de escravatura, trabalho forçado

e fuga às extorções de oficiais coloniais haviam reduzido a população da Angola portuguesa em relação às áreas circundantes⁷. Os seus habitantes eram, pois, potencialmente menos ricos e poderosos, no seu todo, do que os membros das sociedades mbundu vizinhas, onde os números haviam sido inflacionados, não apenas por fugitivos à opressão colonial, mas também através do acréscimo de elementos estranhos, capturados ou vendidos como «escravos». As maiores concentrações de dependentes obtidos desta forma ocorreram provavelmente entre os Mbundu de Leste, principalmente em Matamba e no Kasanje, que estavam estrategicamente situados para interceptar o tráfico europeu de escravos com Lunda. A vários níveis, os dependentes «escravos» formavam igualmente uma importante parte de outros sistemas sociais mbundu, onde funcionavam como fornecimento adicional de mulheres e crianças, incorporadas nas famílias e nas linhagens, mão-de-obra para trabalhar os campos e suplementos para deveres de serviço civil ou militar⁸.

Nos inícios de 1800, as formas políticas mbundu iam dos pequenos estados, ou «chefaturas», que uniam diversas linhagens relacionadas entre si sob a autoridade de um único chefe, aos grandes reinos centralizados, como o Matambe ou o Kasanje, onde os reis reclamavam a suprema autoridade política sobre uma hierarquia de linhagens subordinadas⁹. Em ambos os níveis o poder continuava enraizado, tanto na terra como no povo. As aldeias linhageiras, que formavam as unidades-base de reinos e chefaturas foram associadas a terras específicas cujo uso era regulado pelos anciãos das linhagens e pelos chefes. O usufruto da terra pertencente a cada chefatura era considerado em última análise como prerrogativa do próprio chefe. No entanto, como o poder militar e a riqueza dos chefes derivava em grande parte dos tributos colectados às linhagens súbditas pelos direitos de usufruto, aqueles raramente tentavam excluir as famílias da posse do solo.

Por esta data, a maior parte das comunidades políticas mbundu possuíam uma elite de chefes de linhagens diferenciada do resto da população por altos níveis de rendimento e consumo. Estes actuavam como conselheiros de Estado, sendo detentores de títulos políticos que incluíam funções militares e de colecta de tributos. Os poderes combinados funcionavam simultaneamente como controlo da actividade real, ajudando a prevenir a apropriação da riqueza excedente dos súbditos, impedindo que reis e chefes se tornassem demasiado despóticos e assegurando uma certa redistribuição dos bens e capitais acumulados nas mãos reais. A hegemonia das dinastias reinantes, embora derivada de um complexo conjunto de circunstâncias históricas, reside acima de tudo no controlo superior das forças militares,

armas e outros bens comerciais importados, estabelecido durante o tráfico de escravos ultramarino. As suas fortunas foram, pois, fortemente influenciadas pela natureza da sua participação na economia de exportação colonial e pelo conseqüente grau da sua dependência das ligações comerciais ou políticas externas. Tal é demonstrado pela evolução dos padrões políticos mbundu antes de 1850.

As mudanças mais significativas parecem ter ocorrido nos reinos originalmente fundados sobre as exportações de escravos pelos Jinga, Mbangala, Mbondo e outros subgrupos mbundu no Leste¹⁰. Em particular, uma mudança decisiva na estrutura económica do Kasanje levou à desintegração daquele reino por volta de meados do século XIX. A autoridade dos reis mbangala do Kasanje havia anteriormente dependido do seu monopólio sobre o tráfico de escravos com os Portugueses, reforçado pelo confinar dos comerciantes estrangeiros a um único mercado. A evasão ao controlo real havia aumentado no século XVIII, e, após 1800, os reis do Kasanje revelaram-se impotentes para impedir o alargamento dos negreiros mubire e portugueses através do reino. Grupos políticos dissidentes no Kasanje puderam então vender escravos e acumular armazenamentos de armas de fogo e de têxteis, independentemente da aprovação real. Este processo levou ao colapso da autoridade centralizada e à dissolução do reino em várias facções mutuamente hostis durante a década de 1840¹¹.

Consequentemente, a anterior influência exercida pelos reis do Kasanje sobre as comunidades políticas dos vizinhos Mbondo, Holo e Songo também declinou. Pressões similares no sentido de descentralizar foram, também, provavelmente sentidas em Matamba, onde os reis Jinga se haviam sempre defrontado com dificuldades no controlo dos contactos comerciais entre comerciantes estrangeiros e membros de facções políticas rivais. Simultaneamente, os escravos e as armas acumulados durante mais de um século de contactos comerciais com o exterior, através dos intermediários mubire, haviam reforçado o poder dos Mbundu de Leste como um todo em relação aos Portugueses. Tal permitiu-lhes resistir à pressão política do governo colonial durante a segunda metade do século XIX.

As tendências para a fragmentação política estavam também evidentes nesta data na área a sul do Kwanza, onde Libolo e Kisama estavam divididos em muitos estados independentes. Apesar de se saber muito pouco sobre as estruturas de poder nestas regiões, é provável que também aqui tenha havido fortes influências do comércio externo. Uma certa hegemonia foi mantida em Kisama pela chefia de Ndemba, cuja mina fornecia muito do sal trocado em Angola por escravos e outros bens de exportação¹². Sistemas

políticos mais fortemente centralizados também constituíam fronteira com os reinos ovimbundu no extremo sul, nomeadamente o estado mbundu de Kibala. No restante território, as relações políticas eram caracterizadas pela desunião. As armas estavam espalhadas e as constantes guerras (particularmente em Kisama) eram frequentemente comentadas por observadores portugueses¹³. Alguns chefes lucravam, sem dúvida, com estes estratagemas, vendendo prisioneiros de guerra aos Portugueses perto do Kwanza, ou a traficantes de escravos de Ovimbundu, mais a sul. Novas comunidades políticas, como a chefatura de Calulu, no Libolo, nasceram possivelmente dos levantamentos deste período¹⁴. Apesar de reciprocamente hostis e divididos entre si, a maior parte dos chefes do Libolo e de Kisama permaneceram notoriamente afastados de contactos políticos com os Portugueses – os de Kisama sendo particularmente conhecidos pela sua corajosa e bem sucedida resistência à invasão colonial¹⁵.

Similarmente, a supremacia de vários chefes supremos, chamados *dembos*, nas terras fronteiriças entre o Mbundu e o Congo, residia menos no apoio colonial e mais na sua capacidade de retirar lucro do comércio mubire com mercadores ingleses e franceses entre Luanda e Ambriz. Por volta da década de 1840, seis dembos haviam sido localizados entre os rios Bengo e Lifune, recebendo tributos em armas e, possivelmente, escravos, de aproximadamente trinta chefes mubire independentes residentes nas suas terras. Tal reforçava o seu poder a nível local, sobre numerosos chefes vassallos, e em relação às forças portuguesas com base em Luanda. O mais poderoso era o dembo Kakulu Ka Kahenda, que se pensava controlar uma população de, pelo menos, 20 mil pessoas. Os Dembos continuavam a reconhecer uma forma limitada de poder colonial através do tributo anual em escravos e força militar. No entanto, a posição dos oficiais coloniais nas suas terras tornou-se crescentemente precária após 1850¹⁶.

O equilíbrio do poder estava, portanto, a oscilar fortemente em favor das comunidades políticas mbundu independentes, que circundavam a Angola Portuguesa. No entanto, aqui, a supremacia colonial manteve-se relativamente incontestada – apesar de a força colonial visível não passar de uma dispersão de pequenos destacamentos militares, equipados com armas enferrujadas, e, muitas vezes, inúteis¹⁷. Esta situação foi mantida essencialmente através de uma aliança entre o governo de Luanda e de um punhado de chefes supremos, ou *sobas*, cujo ascendente político estava intimamente ligado à sua já longa colaboração com os Portugueses, bem como à sua bem sucedida manipulação das condicionantes coloniais. Cerca de trezentos *sobados*, de tamanho e significado largamente variáveis, foram contados

como vassalos dos Portugueses por volta de 1840. Estes estavam situados a norte do Kwanza, onde se incluíam em dez regiões administrativas e presídios – que brevemente se tornariam concelhos sob a autoridade de chefes coloniais, nomeados pelo governador¹⁸. Era uma situação ambígua de poder. Por esta data, o Governo português efectivo confiava no poder dos *sobas* para impelir os seus súbditos a pagar impostos ou a fornecer homens para fins laborais ou militares¹⁹. Em troca, os *sobas* adquiriam apoio colonial contra rivais políticos que ameaçassem a sua posição. Porém, enquanto os chefes assegurassem a obediência customária da massa da população, os oficiais coloniais viam-se forçados a reconhecer a sua autonomia política no que dizia respeito ao governo interno dos seus *sobados*. A cooperação militar em guerras coloniais e em expedições «punitivas» aumentaram o poder inerente à posição de alguns *sobas*, alargando a sua capacidade de acumular escravos para exportação ou como auxiliares domésticos. Dois chefes destacam-se, enquanto particularmente poderosos e significativos durante a década de 1840: Kabucu Kambilo de Cambambe e Mubanga a Kitambu de Ngulungu, cada um dos quais controlava 3 ou 4 mil famílias, além de ser reconhecido como chefe supremo por uma corte satélite de *sobas*²⁰.

Na maior parte das regiões da Angola Portuguesa, por esta altura, os *sobas* competiam pelo poder político, com «aristocracias» distintas de famílias negras ou mestiças, encabeçadas por moradores abastados²¹. A maior parte delas possuía antepassados portugueses e haviam sido assimilados a vários níveis pela cultura portuguesa. A sua riqueza havia habitualmente sido adquirida durante várias gerações de lucros do tráfico de escravos e da exploração de terras privadas, trabalhadas por mão-de-obra escrava. A maior parte havia igualmente alargado os seus interesses através da infiltração bem sucedida na elite de chefias por todo o território mbundu, onde se tornaram conselheiros e intérpretes dos negócios com mercadores portugueses e oficiais, frequentemente consolidando a sua posição através de casamentos com linhagens mbundu reinantes. Apesar de frequentemente ligados às famílias de chefes, os moradores não estavam submetidos às leis de nenhum *sobado* nem podiam ser eleitos *soba*. Simultaneamente, os detentores de postos oficiais coloniais, particularmente os capitães-mores responsáveis pelas regiões do interior, haviam permitido que alguns instaurassem esferas de influência no interior, que igualavam ou ultrapassavam a influência de muitas «autoridades tradicionais». A sua intervenção nos assuntos internos dos *sobados* aumentou na sequência de reformas militares, levadas a cabo pelo governo de Lisboa após 1830. Em cada concelho, influentes moradores negros foram nomeados capitães de novas unidades militares, chamadas

companhias móveis, recrutadas localmente e organizadas em divisões regionais sob a autoridade dos comandantes. A sua função principal, para além das patrulhas militares de rotina, consistia em assegurar a implementação eficaz, pelos *sobas*, das ordens do Governo transmitidas pelo chefe do concelho. Estes intermediários desempenharam um papel crucial na manutenção da autoridade colonial efectiva em Angola no século XIX, apesar dos frequentes conflitos provocados pelos seus abusos de poder²².

Estes indivíduos constituíam a elite de uma minoria de agricultores-comerciantes, negociantes e artesãos que haviam emergido em resposta ao crescimento de Luanda como centro administrativo do tráfico de escravos. Membros destes grupos sociais distinguiam-se principalmente pela posse de «escravos» e pelo uso de sapatos – um importante símbolo de poder dentro da sociedade mbundu, permitindo que os homens se auto-intitulassem «brancos»²³. Muitos reivindicavam algum conhecimento do português falado e, por vezes, um certo grau de alfabetização, transmitido de geração em geração pelos descendentes daqueles educados nas extintas missões capuchinhas e jesuítas²⁴. Estes concentravam-se em maior número perto dos rios Bengo e Dande e nas comunidades comerciais luso-mbundo das regiões do baixo Kwanza e Lukala, onde a maioria possuía terras independentes da autoridade dos *sobas* e dos anciãos das linhagens²⁵.

Por volta de 1800, os habitantes de Mbaka, um dos primeiros centros da escravatura portuguesa, eram especialmente notados pelo desenvolvimento da sua agricultura e indústria²⁶. Os contemporâneos observaram um forte contraste em riqueza, densidade populacional e produtividade entre Mbaka e as regiões vizinhas, por esta altura: mais de metade do gado e quase três quartos dos escravos que existiam oficialmente em território português na década de 1830 estavam concentrados em Mbaka, onde se crê que os dependentes «escravos» formavam mais de cinquenta por cento da população²⁷. Muita desta riqueza estava concentrada nas mãos, não de chefes, mas de moradores independentes, muitos dos quais eram tão poderosos que ofuscavam o brilho de todos os *sobas* do concelho, com excepção de três ou quatro²⁸. Esses moradores eram os líderes de um grupo mais numeroso de chefes de família e empresários patriarcais, cuja riqueza e independência assentavam em vários séculos de participação no tráfico de escravos entre a Angola Portuguesa e os reinos mbundu adjacentes de Matamba, Holo e Kasanje. Comerciantes de Mbaka, tal como os Mubire com quem rivalizavam, haviam feito largas viagens, tendo-se, por esta altura, especializado na obtenção de escravos e de outros bens de zonas tão a sul como Huila²⁹. Todas estas características de comportamento social eram transmitidas pelo

termo *Ambaquista*, que parece ter-se tornado corrente no vocabulário português durante a década de 1840, quando novas iniciativas económicas tornavam os comerciantes ambaquista tanto admirados como temidos pelos seus rivais europeus³⁰.

2. *A expansão do comércio «legítimo», 1845-75.*

Por volta de 1840, o tráfico de escravos estava a ser gradualmente substituído por aquilo a que ao longo da costa africana se chamou comércio «legítimo», em matérias-primas e produtos agrícolas. A zona habitada pelos Mbundu continuou a servir como corredor principal para que produtos oriundos de regiões a leste (cera, maffim e, mais tarde, borracha) chegassem aos mercados coloniais de Luanda ou Ambriz³¹. Paralelamente a este velho sistema, ergueram-se novos padrões de comércio baseados particularmente na crescente procura internacional de café, amendoim ou óleo de palma, que eram cultivados, manufacturados e mercados pelos próprios Mbundu. As tarifas, que continuaram a ser impostas às importações de Luanda durante o século XIX, tornavam-nos caros na costa e ainda mais no interior, devido aos custos adicionais de transporte. Muitos comerciantes ambaquista e Mubire encontraram, conseqüentemente, caminhos para o Norte, em direcção ao rio Congo ou a pontos onde mercadores estrangeiros ofereciam melhores compensações pelos seus esforços. Esta corrente comercial, orientada para fora do território português (que já havia sido considerável no século XVIII) ganhou ímpeto após 1850, correspondendo a importações mais baratas da Europa do Norte, que eram acumuladas em pontos costeiros a norte de Luanda³².

O significado deste desenvolvimento reside menos nas quantidades totais exportadas do que na demonstração do poder de resposta mbundu às mudanças nas condições do comércio externo. A conduta e a organização da maior parte do comércio que alcançava qualquer ponto da costa neste período eram dominadas por Africanos: até ao último quartel do século, os habitantes brancos, não possuindo apoio efectivo por parte do governo de Luanda, eram simultaneamente muito poucos e demasiado fracos para impor o seu controlo sobre o comércio no interior³³.

Os termos de comércio inicialmente melhoraram para produtores mbundu de todos os níveis sociais: preços de bens coloniais subiam geralmente de forma constante antes de 1870, enquanto Angola partilhava dos preços das importações manufacturadas, em especial da Inglaterra, em

consequência da mecanização, mais barata e mais eficiente. As oportunidades de conduzir transacções comerciais aumentaram, abrindo caminho à mudança social e política, e à rejeição eventual da autoridade exercida pelos chefes e pelos anciãos das linhagens³⁴. A velocidade da mudança variava de região para região, dependendo da capacidade das autoridades políticas dos Mbundu de excluir os seus súbditos da exploração oficial de recursos e comércio locais. No entanto, poucos esperavam monopolizar todas as formas de troca económica ou de fornecimentos de bens de comércio europeus e assim impedir a eventual diminuição do seu poder.

2.1. 1845-60: Os efeitos do comércio a longo curso de cera e marfim.

Na sequência da abolição por Portugal do monopólio real de exportação do marfim, na década de 1830, os preços do marfim subiram mais de 300 por cento na costa³⁵. Tal trouxe uma rápida expansão da actividade comercial por parte de chefes e de líderes de linhagem por todo o território mbundu. Alguns chefes songo haviam-se tornado caçadores de elefantes, em 1840³⁶. Quantidades aumentadas de cera e de marfim eram também produzidas por chefes em Kisama e no Libolo: nos anos 40 e 50 do século XIX, cera e marfim chegaram pelo Kwanza a Pungu a Ndongo de regiões tão a sul como Kibala³⁷. Mais para leste, comerciantes de Mbangala abastados enviavam os seus dependentes através do rio Kwango para trocar importações ou sal, produzido localmente, por cera e marfim trazidos pelos Cokwe. Trocavam então estes pelas armas de fogo, pelos tecidos e outros bens pertencentes aos comerciantes ambaquista ou portugueses residentes nas suas terras. O comércio de longa distância na Angola Portuguesa foi ajudado pela desintegração política do Kasanje, que permitiu a um largo número de comerciantes aproveitar-se das novas oportunidades criadas, permitindo-lhes penetrar livremente no reino e estabelecer contactos directos com os produtores de cera e marfim para além do Kwango. Apesar de as autoridades jinga, mbangala e mbondo continuarem a explorar as suas posições estratégicas na periferia oriental do território português, exigindo impostos de tecidos aos viajantes que utilizassem os seus portos ou cruzassem as suas terras, não constituíram sério obstáculo à comunicação com o leste até ao *boom* da borracha após 1870³⁸. Os habitantes do *sobado* de Kabuku Kambilo aparecem nos relatos deslocando-se «regularmente» a Kasanje para adquirir marfim, em 1850. Ajuntamentos permanentes de comerciantes ambaquista alastraram rapidamente através de Lunda, onde o dialecto ambaquista do

Kimbundu se tornou a língua franca de comércio e os próprios Ambaquista se tornaram nos mais poderosos agentes do avanço mercantil português para o interior³⁹. As exportações legais de marfim de Luanda cresceram de 3000 libras em 1832 para 105 000 libras em 1844, subindo, pelo menos, mais 10 por cento por volta de 1859. Exportações de cera cresceram de 52 690 libras em 1844 para 1 698 248 libras em 1857. Estes números indicam a magnitude da expansão do volume de negócios conduzidos pelos Mbundu⁴⁰.

De início, o comércio no interior tornou-se mais perigoso, tendo a oscilação na procura europeia provocado uma reacção hostil da parte de alguns chefes de Lunda, antes de estes terem adaptado os seus sistemas tributários à produção de marfim, substituindo a de escravos⁴¹. A prática portuguesa de avançar bens importados contra entregas de escravos foi, pois, transposta para o crédito comercial do marfim. Tal tornou-se uma característica importante do comércio «legítimo», embora a crença europeia generalizada fosse de que, dessa forma, se seria facilmente enganado pelos agentes nativos⁴². Apesar do aumento da dependência portuguesa dos agentes Mbundu para a obtenção de cera e marfim, a posição dominante dos clientes negros no comércio foi encarada negativamente por muitos comerciantes brancos. Estes denegriam o sucesso comercial dos Ambaquista, apelidando-os de «judeus» ou «ciganos»⁴³. A facilidade com que Ambaquista e também comerciantes mubire se esquivavam dos impostos coloniais levou a condenações semelhantes por oficiais em Luanda⁴⁴.

O conflito social a todos os níveis agudizou-se com a crescente procura europeia de carregadores, de cuja disponibilidade dependia o sucesso dos elos comerciais entre o interior e a costa. Enquanto a maior parte dos empreendimentos comerciais organizados pelos chefes e moradores negros eram executados pelos seus parentes e dependentes, os mercadores portugueses com base em Luanda ou no Kasanje viam-se forçados a contratar carregadores novos para cada expedição: eram geralmente recrutados duzentos ou trezentos de cada vez, durante o período do *boom* do marfim de 1840-50, e um mercador rico chegou mesmo a afirmar ter contratado um milhar por mês em 1860⁴⁵. O trabalho de carregador era encarado com repugnância pela grande parte do povo, devido à notoriedade dos maus tratos infligidos pelos comerciantes brancos e pelos seus agentes ambaquista, ao forçarem os carregadores a pesados fardos em troca de pouca ou nenhuma paga⁴⁶. No entanto, apesar das contínuas proibições de Lisboa, o trabalho de carregador, forçado e não remunerado, continuou a efectuar-se através da segunda metade do século.

Uma parte dos carregadores para o comércio europeu era obtida pelos agentes ambaquista através de negociação directa com os chefes do Songo ou de Mbangala⁴⁷. Porém, a maioria continuou a ser requisitada aos *sobas* e aos chefes das aldeias da Angola portuguesa pelos administradores coloniais, que os forneciam então aos comerciantes em troca de honorários ilegalmente elevados⁴⁸. Alguns chefes lucravam com esta situação, aceitando pagamentos de chefes de aldeias e de outros súbditos, que compravam a sua isenção do serviço⁴⁹. Alguns podem até ter aceite encomendas de carregadores como meio de remoção pontual de elementos potencialmente rebeldes dos seus *sobados*: tal é sugerido pelo protesto enviado ao governador-geral por Kabuku Kambilo contra a legislação que, em 1856, consagra a abolição total da função de carregador, o que, segundo os seus lamentos, fomentaria a «ociosidade» no seu povo⁵⁰. No entanto, a maior parte dos *sobas* e dos chefes de aldeias resistiu fortemente a esta delapidação da sua população, e os carregadores só eram obtidos após muitos atrasos e violência da parte dos chefes coloniais e dos seus agentes – geralmente moradores locais, que aproveitavam a oportunidade para extorquir gado e outros bens dos *sobas*, em troca do seu povo⁵¹.

Quando não se encontravam acorrentados entre si para impedir a fuga, a maioria dos carregadores escapava à primeira oportunidade, levando os seus fardos consigo. Resistência com maior ânimo havia-se seguido à lei de 1839, que proibia o carregamento forçado, divulgada no interior, mas não implementada na prática: nesta ocasião, o chefe do Golungo Alto fora apedrejado por Africanos que resistiam à procura de trabalho forçado⁵². No todo, apesar de o estrato mais baixo e mais numeroso da sociedade mbundu continuar a ser fortemente vitimizado pelo recrutamento colonial, este não estava ainda tão presente como veio a ficar mais tarde: muitos *sobas* e chefes de aldeia exerciam ainda algum controlo sobre os fornecimentos de carregadores, mas cada vez mais pessoas adquiriam o poder de comprar o direito à liberdade, acompanhando o aumento das oportunidades comerciais. Todos estes factores se reflectiram na crescente escassez e alto custo dos carregadores, sentidos pelo comércio europeu neste período⁵³.

A expansão no comércio de cera e marfim estimulou a produção local e o intercâmbio de bens, que formavam a base dos antigos padrões de comércio mbundu⁵⁴. Os recursos para o comércio de longa distância eram frequentemente obtidos a partir do cultivo e manufactura locais: desta forma, os empreendedores negros começaram por trocar farinha de mandioca, tabaco, tecidos, enxadas de ferro ou gado por sal ou bens importados, que eles carregavam para além do Kwango. A criação de gado e animais domésticos

era especialmente importante no comércio ambaquista em meados do século. Galinhas, porcos e cabras haviam sido usados desde sempre como moeda de troca local pelos Mbundu⁵⁵ e a sua venda era uma característica proeminente das transacções económicas dos Ambaquista estabelecidos no Kasanje⁵⁶. Para além disso, os comerciantes de Mbaka eram notados pelo seu uso do boi como animal de carga, sobre o qual também viajavam por longas distâncias⁵⁷. As peles de boi, curtidas na região, eram também uma moeda de troca por cera e marfim em Lunda, onde a procura era grande, devido à falta de gado⁵⁸.

Os instrumentos de ferro, produzidos a nível local, e o sal eram de particular importância, uma vez que ambos eram bens essenciais no fornecimento para as regiões a leste. Tal assegurava uma procura constante, menos sujeita aos caprichos da moda ou da política que o tecido importado da Europa⁵⁹. A produção de sal pelos Mbangala aumentou durante a década de 1850⁶⁰ e parece razoável afirmar que o fornecimento de sal de Kisama foi igualmente afectado⁶¹. A intensificação da fundição do ferro e das manufacturas foi observada em várias regiões da Angola portuguesa por esta data. No importante mercado de Kalumguembo, entre Mbaka e Luanda, ferreiros mubire itinerantes fabricavam facas e outros instrumentos para venda aos comerciantes⁶². Em Kazengu, enxadas de ferro eram produzidas para troca por sal com Kisama e eram directamente comercializadas com os povos para lá do rio Kwango⁶³. Em algumas áreas, a produção de sal e ferro continuou a ser vigiada e controlada exclusivamente por *sobas*, que daí retiraram abundantes lucros quando o comércio do marfim se expandiu: mais de duas mil enxadas são dadas como produzidas anualmente para fins comerciais, dentro de um único *sobado* perto de Pungu a Ndongo neste período⁶⁴. Em alguns *sobados* da região ngulungu, o revelar do segredo da localização das minas de ferro ao homem branco era um crime punível com a pena de morte⁶⁵.

Igualmente importante era a produção local do tecido de algodão, um dos mais significativos produtos do comércio de longa distância através da região das savanas. Os comprimentos standard de algodão produzidos a nível local, chamadas *ntangas*, eram desde há muito utilizados como moeda de troca em Angola, enquanto o algodão também formava a base de um significativo comércio local em redes de pesca, cobertas de cama, peças de roupa e sacos para carregar cera e outros bens para comércio⁶⁶. Uma viva impressão do constante emprego dos povos na manufactura do algodão foi-nos legada por testemunhas oculares europeias, durante as décadas de 1840 e 1850. A produção estava a cargo de cada família, no seio da qual existia

uma especialização do trabalho de acordo com o sexo: as mulheres eram responsáveis pela colheita e fiação do algodão, e os homens pela tecelagem e comércio do tecido. Também se vendia o algodão tanto em rama como fiado; os habitantes de Kazengu, por exemplo, levavam farinha para Massangano para trocar por algodão em rama, que eles então fiavam e teciam em *ntangas*, comercializadas por sua vez noutros locais⁶⁷. A escala destas actividades pode ser abarcada através dos olhos de um observador que afirma ter observado uma multidão de mais de mil pessoas em actividades comerciais em Kalungumbo, localidade notada pelo seu comércio em algodão e instrumentos de ferro⁶⁸.

A expansão do comércio «legítimo» de longa distância estimulou igualmente o comércio interno de escravos⁶⁹. Apesar de poucos escravos serem transportados para o Brasil após 1850, os Ambaquista continuaram a adquirir prisioneiros para trocar por marfim ou cera entre os Cokwe, mais a leste, e os Haku, do sul do Kwanza, cuja procura de «escravos» se intensificou neste período⁷⁰. Muitas das prisioneiras utilizadas para este fim eram provavelmente adquiridas em *raids* feitos às aldeias de Mbangala durante as guerras coloniais com o Kasanje na década de 1850 e durante os inícios da década de 1860⁷¹. Alguns Ambaquista, negociando com crédito europeu, foram também acusados de vender o seu excedente de carregadores aos chefes lunda ou aos Cokwe, em troca de cera e marfim⁷².

Além disso, muita da riqueza excedente acumulada pelo comércio com os chefes de famílias mubire, ambaquista ou mbangala continuou a ser investida em «escravos». Tal desaguou em importantes mudanças demográficas e políticas. Em direcção ao norte do rio Nzenza, observou-se a expansão numérica dos Mubire durante a década de 1850, através da incorporação nas suas linhagens de homens e mulheres oriundos de subgrupos mbundu, em particular, os Hungu. A atracção exercida pelo modo de vida mubire (tal como o dos Cokwe, pela mesma época) parece ter sido tal, que muitos Hungus abandonaram voluntariamente as suas aldeias para se assimilarem na sociedade mubire⁷³. Mais significativamente, a queda registada na exportação de escravos após 1850 resultou primeiramente de vastas acumulações de «escravos» no interior de algumas aldeias mbundu. Tal foi especialmente visível no Kasanje, onde se aceleraram fissões políticas através da ruptura de alguns indivíduos com as respectivas linhagens, para, por sua vez, fundarem novos ajuntamentos, financiados pelos lucros da cera, do marfim e, mais tarde, do comércio da borracha⁷⁴.

Na Angola portuguesa, também a aquisição de dependentes «escravos» alimentou mecanismos de mobilidade social, possibilitando a indivíduos o

tornarem-se independentes dos *sobas* e da autoridade das linhagens. Apesar de alguns «escravos» serem possivelmente de origem local, a maioria era obtida principalmente pela compra às autoridades políticas no Libolo ou Lunda – onde os fornecimentos de escravos nunca se esgotaram completamente, apesar do decréscimo parcial do comércio durante a década de 1850. Muitos eram também comprados durante as secas, em Kisama, onde era hábito os habitantes venderem-se, ou os seus familiares, em troca de comida⁷⁵. As «escravos» eram particularmente procuradas, para a criação de um círculo consaguíneo tão vasto quanto possível: assim, em muitas famílias de Pungu a Ndongo, um importante centro de comércio do marfim, era corrente a existência de 30-40 mulheres e crianças, por volta de meados do século⁷⁶. Processos semelhantes desenrolavam-se em Mbaka, onde quase um terço dos *sobados* se extinguiu aparentemente entre 1845 e 1851⁷⁷. Por esta altura, os aglomerados desta região eram descritos como pequenos e muito espalhados, consistindo na estrutura típica de um homem adulto, juntamente com as suas mulheres, crianças e muitas «escravos», que viviam em quartos especialmente erigidos para si, perto da casa principal⁷⁸.

Os lucros do comércio a longo curso aumentaram largamente, neste período, o significado económico e político de propriedades na posse do estrato mais abastado de *moradores* da Angola portuguesa. Pedro Fernandes da Cruz, um mestiço residente em Massangano, que morreu em 1860, deixou para cima de uma centena de lotes de terra e plantações, espalhadas perto do Kwanza, e possuía em vida, aproximadamente, trezentos «escravos», dos quais muitos eram mulheres. Muita desta riqueza era proveniente de um extenso comércio em cera e marfim, aumentado pela concessão de crédito a numerosos intermediários⁷⁹. O patrocínio e a protecção destes homens eram cada vez mais procurados por fugitivos ao trabalho colonial, ou ao serviço militar, bem como por estrangeiros que desejavam consolidar uma posição na sociedade local: assim, quando António Machado Leão Beça se mudou de Luanda para o Dondo, por volta de 1860, tornou-se rapidamente o genro de Paulo Francisco da Silva, um dos homens mais ricos da região do Cambambe⁸⁰. Pela mesma data, uma grande parte da população de Mbaka estava na dependência de um único morador negro, de nome Manuel Mendes da Conceição Machado, que possuía terras e interesses em vários concelhos e cuja influência política se estendia até Kasanje⁸¹. Os frequentes tumultos armados provocados por rivalidades entre os «escravos» e os clientes, que apoiavam estas famílias, levaram o governo de Luanda a encará-los como os principais agentes de violência e opressão no interior⁸². O espaço para as facções locais e para o exercício do poder foi

grandemente aumentado na década de 1850, através do estabelecimento de judiciárias civis e de conselhos municipais eleitos dentro dos próprios concelhos, e pelo alargamento a Angola do direito constitucional de eleger representantes para as cortes, em Lisboa. A perversão destas instituições liberais europeias pelos moradores africanos, no intuito de servir os seus interesses privados, foi considerada «absolutamente repugnante» pelo governador-geral Calheiros e Menezes, em 1861⁸³. Porém, até poderem ser substituídos por candidatos europeus adequados, estes homens, com o seu íntimo conhecimento da língua e costume locais, foram indispensáveis a todos os níveis da administração colonial.

2.2. Desenvolvimentos subsequentes no comércio e agricultura mbundu anteriores a 1875.

A relutância dos *sobas* e de outros indivíduos em fornecer mão-de-obra ao comércio europeu, ou para servir como carregadores, aumentou à medida que os preços dos produtos agrícolas foram subindo, tornando a produção de café, óleo de palma ou outras colheitas mais lucrativa. Os aumentos substanciais na exportação agrária de Luanda durante o terceiro quartel do século deveram-se primariamente à agricultura Mbundu, controlada tanto por chefes e chefes de aldeias como por famílias individuais. A maior parte dos produtos era simplesmente recolhida nos campos adjacentes: por exemplo, a exportação de urzela dependia quase exclusivamente da sua colheita pelos Kisama na cintura costeira a sul de Luanda⁸⁴. Um elemento muito mais valioso no comércio mbundu era o café, que crescia abundantemente pelas florestas virgens, cobrindo grande parte do interior a norte dos rios Lukala e Nzenza. A sua organização superior dos recursos laborais assegurou que os chefes mbundu se tornassem os principais beneficiários da colheita e preparação de café para exportação. Os dembos, em particular, ganharam, assim, riqueza e poder adicionais. Vários chefes importantes da Angola portuguesa também possuíam terras ricas em café: os *sobas* Kakulu Kamuinsa e Ndala Tando de Kazengu haviam aproveitado a exploração comercial do café que crescia nos seus *sobados* já desde a década de 1830⁸⁵. O café era ainda plantado por chefes e moradores nas regiões de Ngulungu e Kazengu, onde rapidamente se tornou o ramo principal da agricultura comercial. Já em 1835 havia cerca de meio milhão de plantas de café plantadas apenas no Kazengu. Pelo menos um quarto destas pertenciam a uma pequena minoria de 300 cultivadores negros, cujas famílias eram suficientemente grandes para dis-

pensar pessoas para a limpeza do terreno de vegetação densa e para preparar o café para venda para os negociantes europeus⁸⁶. A crescente riqueza e independência políticas destas e de outras famílias, que acompanharam a ascensão do comércio do café, permitiram ao governador-geral suprimir pelo menos dez *sobados* em Kazengu em 1856⁸⁷.

A produção mbundu de colheitas para exportação foi encorajada pelo Governo de Luanda, que tentava estimular o crescimento do algodão, libertando-o das taxas de exportação. No entanto, na generalidade, o valor bruto da maior parte do produto agrário, além do café, deu pouco incentivo à vasta maioria das pessoas para se envolverem voluntariamente no risco que significava cultivar produtos em larga escala, como o algodão. Além disso, as tentativas coloniais no sentido de promoverem o cultivo de colheitas lucrativas através do aumento dos impostos por cabeça, em 1856, teve o efeito contrário, produzindo ondas de emigração para fora do território português⁸⁸. No entanto, e apesar da atitude de desprezo adoptada pelas autoridades coloniais em relação à actividade agrícola mbundu, a agricultura comercial aumentou nas décadas de 1850 e 1860. A capacidade produtiva das famílias individuais aumentou bastante através da posse de «escravos» – mulheres, em particular. O trabalho feminino adquiriu cada vez maior significado a todos os níveis da economia mbundu neste período. O tabaco era muito cultivado pelas mulheres como moeda de troca local⁸⁹, ao passo que a crescente procura de alimentos na zona costeira, ao longo das principais rotas das caravanas, foi também largamente compensada pela actividade feminina, cultivando colheitas para vender⁹⁰. Sempre que as condições eram favoráveis, o solo era intensamente cultivado com uma grande variedade de colheitas que eram comercializadas e consumidas a nível local. As famílias ambaquista produziam cebolas, batatas e ainda trigo para o abastecimento de Luanda e dos centros urbanos perto do Kwanza. As grandes concentrações de mulheres nas proximidades de Mbaka ajudam também a dar conta da notável expansão na produção de óleo de amendoim para exportação antes de 1860⁹¹.

Durante a década de 1860, confrontados com a crescente escassez do marfim e com problemas no comércio de longa distância, empreendedores negros de todos os níveis sociais, por todo o território mbundu, começaram a virar-se para a produção de café, óleo de amendoim e óleo de palma, para exportação. Grandes parte da produção dos Mubire, Ndembu e até Ambaquista continuaram a encontrar procura na costa de Ambriz⁹². Porém, a venda destas colheitas na Angola portuguesa sofreu uma expansão dramática quando, após 1866, a Companhia de Navegação a Vapor do Kwanza⁹³ ligou

Luanda directamente aos portos do rio Kwanza até à região do Dondo. Apesar de a navegabilidade do Kwanza ter sido desde sempre importante no crescimento das exportações agrárias de Luanda⁹⁴, a maior parte dos bens tinha ainda de ser carregado por terra durante a última parte da viagem a partir de Calumbo. Tal aumentava os custos e diminuía o valor dos produtos no interior. Apesar das irregularidades no serviço⁹⁵, o início da navegação a vapor no Kwanza inaugurou uma nova era de prosperidade para a economia colonial, que beneficiou simultaneamente os comerciantes e os negociantes mbundu: até meados da década de 1870, enquanto os preços internacionais permaneciam altos, os mercadores europeus no interior estavam aptos a oferecer termos de troca mais vantajosos do que alguma vez fora possível, uma vez que a rapidez e o relativo baixo custo do transporte por vapor minorava o efeito dos impostos de Luanda⁹⁶. Em menos de três anos, os dois vapores da Companhia de Kwanza tornaram-se insuficientes para dar conta do enorme aumento no volume do comércio saído do interior para exportação através de Luanda⁹⁷. Pela primeira vez desde a cessação da exportação de escravos, Angola tornou-se auto-suficiente⁹⁸.

A exportação de amendoim de Luanda, que havia chegado apenas a umas escassas treze toneladas em 1857, subiu para 1881 toneladas em 1867, alcançando um máximo de 4190 toneladas dois anos depois⁹⁹. Os *Dembos* e as regiões de Mbaka produziam as maiores quantidades de amendoim – uma colheita particularmente bem adaptada para o cultivo em pequena escala pelas famílias africanas¹⁰⁰. Aumentos semelhantes ocorreram nas exportações de algodão em bruto, café e produtos de palma¹⁰¹. A manufactura de grandes quantidades de óleo de palma era de um trabalho muito intenso. O volume de óleo e sementes comercializado através de Luanda a partir de 1860 vinha do sul do Kwanza, de Kisama e especialmente do Libolo, onde a região era aparentemente densamente povoada e coberta «em grande parte» por palmeiras. Em ambas regiões, os chefes exerciam um controlo considerável sobre a produção e troca do óleo de palma. Os *sobas* em Kisama negociavam anualmente um preço fixo, pelo qual se efectuavam as vendas a mercadores brancos do outro lado do Kwanza. Em algumas partes da região de Libolo, colinas cobertas de palmeiras e plantas de café era consideradas sagradas, e o acesso a elas fortemente controlado pelos chefes. No entanto, a exploração das palmeiras por famílias individuais parece ter-se expandido no Libolo quando os preços dos produtos de palma subiram¹⁰².

À medida que o volume do comércio de produtos agrícolas se expandia, os chefes da região do Kwanza retiravam dele lucros sem precedentes através dos impostos sobre os produtos. As rivalidades entre os chefes de

ambas as margens do rio Kwanza, pelo controlo absoluto dos portos fluviais, estava na base de muitas escaramuças armadas por volta de 1870¹⁰³. Os lucros obtidos desta forma fortaleciam o poderio de algumas autoridades «tradicionais», em relação a outros grupos sociopolíticos. Tal era particularmente visível na Angola portuguesa, onde as rendas e os impostos coloniais antes colectados sobre as embarcações e mercados do Kwanza caíram, por desleixo, nas mãos dos *sobas* locais a partir de 1870. O exemplo mais marcado é o de Kabucu Kambilo, cujo rendimento anual auferido do *ferry* de Lukala lhe permitiu centralizar e estender o seu poder dinástico sobre uma vasta área da região do baixo Kwanza, fornecendo meios para formar um grande exército de «escravos» e ainda comprar o apoio do próprio governador-geral¹⁰⁴.

Apesar das mudanças sofridas pela economia de exportação angolana, o capital e recursos dos chefes e moradores mbundu continuavam a estar fortemente ligados à terra e aos «escravos». Juntamente com muitos negociantes e donos de plantações brancos, eles resistiram a qualquer tentativa de reforma da economia de escravatura dentro de Angola pelo governo colonial. Na verdade, a crescente procura de mão-de-obra escrava nas plantações de café e açúcar perto dos rios Kwanza, Bengo e Dande fizeram com que o tráfico de escravos aumentasse em volume durante a década de 1860: entre 1854 e 1873, o número oficial de escravos e libertos¹⁰⁵ na generalidade de Angola, subiu mais de 30 por cento¹⁰⁶. Além disso, um crescente número de pessoas era fornecido em exportação para o trabalho nas plantações de São Tomé e Príncipe¹⁰⁷. Os preços dos escravos na Angola Portuguesa por volta de 1860 iam dos 25 000 aos 45 000 réis cada, segundo a idade, força e distância a que tinham sido adquiridos da costa¹⁰⁸. Uma proporção era adquirida por negociantes ambaquista em Luanda, onde os chefes voltavam a vender escravos quando os abastecimentos de marfim escasseavam¹⁰⁹; várias centenas de prisioneiros foram trazidos de Luanda para venda em Malange e outras partes do território português em 1867; muitos mais morriam durante a longa marcha de oito dias. Mesmo assim, o lucro obtido pelos negociantes ambaquista na venda de cada escravo, após a dedução de perdas e gastos, pode ter chegado a ser de 100 por cento¹¹⁰. Os chefes e os anciãos de linhagem no território mbundu continuaram a participar neste comércio, obtendo homens e mulheres para venda através da cerimónia chamada *ndua*, em que os súbditos acusados de bruxaria ou de outros crimes eram obrigados a submeter-se a um julgamento por veneno. Caso fosse considerado culpado, toda a família era dividida pelos queixosos, pelos conselheiros e pelo próprio chefe. A não ser que possuíssem gado suficiente

para pagarem o resgate, as vítimas eram trocadas por bens trazidos por negociantes estrangeiros¹¹¹.

Torna-se difícil avaliar em que medida o crescimento do comércio «legítimo» aumentava as desigualdades e antagonismos já existentes entre os diversos segmentos da população. Pode-se, no entanto, especular, dentro de certos limites, que, em muitas áreas governadas pelas autoridades «tradicionais», o domínio se tornou mais apertado. Rendimentos abundantes possibilitaram provavelmente a manutenção de grandes exércitos por parte de alguns chefes, encorajando uma colecta mais frequente e arbitrária de tributos internos. Mais pessoas foram possivelmente desviadas das suas ocupações para trabalharem durante períodos mais longos nas colheitas e no comércio de café e óleo de palma ao serviço dos chefes. Na Angola Portuguesa, estas condições foram agravadas pelas pressões adicionais para pagar os impostos coloniais ou as exigências de trabalho. Todos estes factores aumentaram o descontentamento e o desejo dos membros mais novos das famílias de se libertarem do domínio dos chefes e anciãos das linhagens.

As mudanças sociais foram mais visíveis aos olhos dos Europeus dentro do enclave colonial, onde, em 1870, se afirmava que os habitantes eram «muito civilizados»¹¹². Aqui, a exploração lucrativa do café ou do amendoim por famílias individuais havia acelerado as tendências para o controlo independente da terra anteriormente sujeita à autoridade das linhagens¹¹³. Este movimento era encorajado por subsídios governamentais concedidos a lavradores africanos¹¹⁴. A crescente comercialização da terra reflectiu-se na circulação de contratos escritos de compra, venda ou troca de plantações a nível privado, especialmente nas regiões de Mbaka, Kazengu e Dande¹¹⁵. Na generalidade do território, deu-se um alargamento do número dos «privilegiados» com direito a usar sapatos ou a autodenominar-se moradores durante o terceiro quartel do século¹¹⁶. Este desenvolvimento era apreciado pelo Governo de Luanda, que procurava substituir a influência efectiva dos *sobas* pela dos oficiais coloniais. Se é verdade que estas mudanças afectaram apenas uma pequena percentagem do total da população (tendo a vasta maioria permanecido submetida aos padrões «tradicionais» de comportamento e autoridade), não deixa de ser um facto que a posição dos *sobas* na Angola portuguesa se tornou cada vez mais precária. Os *sobas* viram-se forçados a utilizar grande parte dos rendimentos provenientes do comércio como presentes a chefes de aldeia influentes, para ajudar a manter o seu poder político, além do recurso a despesas extravagantes – tal como a casa de dois andares construída pelo *soba* Mubanga a Kitambu, ou a comida e vinhos europeus com que Kabuku Karnila era abundantemente fornecido¹¹⁷.

A dependência deste e de outros chefes supremos do comércio externo e da aprovação colonial aumentou, necessitando deles como garante da sua própria autoridade. A sua capacidade para resistir a subsequentes mudanças dependia agora, mais do que nunca, na manutenção do domínio dos seus dois recursos básicos: terra e população.

3. *O declínio da autonomia mbundu, 1875-1920.*

O aumento da riqueza e do prestígio social da minoria dos agricultores vocacionados para o comércio e das famílias ambaquista, residentes nos territórios portugueses, não foi de longa duração. A partir de 1870, à medida que crescia o comércio «legítimo» com os países industrializados da Europa do Norte, desvalorizou o anterior aumento da produtividade. Os benefícios materiais trazidos por importações mais baratas e em maior abundância tiveram como contrapartida negativa o seu impacto destruidor na indústria local.

As vastas quantidades de algodão de Manchester, importado a baixo preço para Angola por Ambriz e pelo rio Congo, rapidamente saturaram o mercado interno após 1850, levando a uma baixa de preços do tecido localmente produzido e causando um declínio da manufactura mbundu. Da mesma maneira, os navios a vapor do Kwanza permitiram que os instrumentos de ferro fossem vendidos a mais baixo preço no interior do que os de fabrico africano, contribuindo para o declínio da produção de ferro dos Mbundu por volta de 1870. A escassez no abastecimento do marfim e a crescente dificuldade na comunicação com os chefes Mbangala a leste, desencorajaram o comércio com o interior, resultando igualmente numa quebra na produção de sal¹¹⁸. Acima de tudo, o processo de produção agrária foi apenas marginalmente transformado pela expansão comercial de amendoim e de café. A vasta maioria das famílias continuou a cultivar apenas o suficiente com que se alimentar, enquanto as colheitas lucrativas consistiam num desenvolvimento limitado, localizado, dependente essencialmente do trabalho de «escravos». Numa região onde a irregularidade das chuvas tornava incerto o assegurar dos alimentos básicos, esta situação não veio favorecer a emergência de uma economia africana estável, baseada na venda de excedentes de produção.

A permanência de técnicas de lavoura pouco eficientes tornou os agricultores mbundu (em todos os níveis sociais) vulneráveis aos efeitos da flutuação do comércio externo e da seca. Desta forma, quando a prolongada

falta de chuva (1873-76) originou situações de fome na região do Kwanza, levando a uma subida drástica de preços¹¹⁹, muitas famílias na região de Kazengu viram-se forçadas a vender as suas plantações de café a Europeus, de modo a poderem alimentar as suas famílias¹²⁰. Enfraquecida pela fome generalizada, a população sucumbiu a uma série de severas epidemias de varíola, a partir de 1876¹²¹. Seguiu-se a despovoação, causada pela mortalidade ou pela fuga às doenças, o que afectou a produção de amendoim em Mbaka de tal forma que o comércio do produto quase parou por completo¹²². Estes desastres naturais foram seguidos por uma longa depressão nos preços dos produtos agrícolas. Tal provocou um declínio ainda mais acentuado na produção mbundu de óleo de palma e amendoim nas regiões do Kwanza e Lukala, que se reflectiu na brusca baixa de exportações de Luanda em meados da década de 1880. Em várias áreas, estas actividades foram substituídas pelo comércio de produtos mais valiosos, como o café¹²³.

Os efeitos adversos da seca e da queda na procura de produtos agrícolas foram rudemente agravados no último quartel do século por uma expansão da agricultura e do comércio europeus no interior. Esta expansão foi apoiada pelo Governo de Luanda, que, após 1880, começou a adoptar uma atitude mais enérgica no sentido de alargar o poder colonial português em Angola. Apesar de ser insignificante, quando comparada com o resto da população, o aumento da comunidade de comerciantes brancos no *hinterland* de Luanda foi relativamente brusco e importante em termos da história dos Mbundu. Entre 1878 e 1898 o número de negociantes e colonos brancos residentes nos concelhos até Malange, aumentaram de seiscentos para mais de seis mil¹²⁴. Na maior parte das áreas, os recém-chegados entraram em competição imediata e violenta com os chefes e moradores negros que desde há muito gozavam de um ascendente político e comercial no interior. Duas fontes de conflito tornaram-se desde logo aparentes: a alienação da terra para plantação em larga escala e os esforços europeus para assegurar e dominar mão-de-obra suficiente para o trabalho na mesma.

O crescimento constante das plantações de café e de cana-de-açúcar no *hinterland* de Luanda, após 1870, resultou na alienação progressiva das terras mbundu. A actividade era inicialmente mais intensa nas regiões de Kazengu e Ngulungu. Aqui, o pico dos preços do café foi atingido após a má colheita no Brasil em 1870, que levou vários plantadores europeus para África, no desejo de plantar café, e encorajou a rápida expansão das plantações já existentes com base no crédito concedido pelo Banco Nacional Ultramarino¹²⁵. Em geral, os recém-chegados europeus não mostravam respeito

para com a independência das zonas cultivadas; no Kazengu, por exemplo, alguns proprietários mbundu foram sujeitos a intimidações que os levaram a abandonar os seus lotes antes de 1880, tendo presenciado o incendiar das suas palhotas e das suas colheitas¹²⁶.

Alguns moradores negros com poder foram tão activos como os imigrantes brancos na apropriação de terras para cultivar café: assim, Manuel Mendes da Conceição Machado, chefe de uma das maiores famílias mestiças em Mbaka, entrou em conflito aberto com os *sobas* locais quando tentou alargar as suas terras às regiões do Kazengu e do NgUlungu¹²⁷.

Os chefes mbundu, que haviam lucrado com a venda do algodão em rama e do café, produzidos nas terras que agora eram reclamadas pelos fazendeiros brancos, opuseram-se fortemente ao avanço da agricultura de plantações europeia. Em 1872, seis *dembos*, encorajados por chefes mubire, expulsaram colonos e oficiais coloniais das suas terras¹²⁸. Sete anos mais tarde, uma petição, assinada por onze *sobas*, foi enviada ao governador-geral de Kazengu, ameaçando retaliações semelhantes, caso os danos sofridos não recebessem compensações¹²⁹. A revolta alastrou na região de Lukala e foi sustida a custo através de manifestações de força do Governo em 1880¹³⁰. Durante a década de 1880, as animosidades raciais geradas pela competição económica entre imigrantes brancos e proeminentes moradores africanos encontraram expressão através de duras lutas pelo controlo de órgãos estratégicos e administrativos, como as judiciárias e os concelhos municipais eleitos¹³¹. No entanto, embora, em geral, a justiça de tais protestos fosse oficialmente admitida em Luanda, não foram tomadas medidas efectivas para impedir a expropriação ilegal da terra. Os conflitos mantiveram-se, pois, latentes, particularmente na área de Lukala, até ao século XX¹³².

Confrontações subsequentes originaram-se a partir das tentativas ilegais de oficiais coloniais e fazendeiros brancos de obter mão-de-obra local para as novas plantações, o que privou os *sobas* da mão-de-obra para os seus empreendimentos próprios¹³³. Esta situação tornou-se ainda mais aguda pela dramática transformação da procura europeia de mão-de-obra ao mesmo tempo que as plantações cresciam em número: em 1867 não foram empregados mais do que cerca de mil escravos no escasso punhado de fazendas na região do Kazengu¹³⁴. Vinte anos mais tarde, mais de 16 mil trabalhadores, ou serviçais – quase 90 por cento do total alegadamente contratados na Angola portuguesa em 1887 – estavam concentrados em apenas 18 plantações na mesma região¹³⁵. A baixa densidade populacional nos concelhos portugueses, combinada com a relutância da maior parte dos Africanos «livres» em trabalhar pelo baixo salário diário, que os fazendeiros foram obrigados a

pagar por lei, após 1875, teve como consequência uma falta de mão-de-obra para a agricultura europeia. Tal foi agravado pelas rivalidades dos agentes dos fazendeiros de São Tomé, que estavam a recrutar mão-de-obra da região do Kwanza, durante este período.

Mesmo após a instituição do contrato de trabalho em 1875, a maioria dos trabalhadores contratados para a exportação para São Tomé, ou para plantações locais, foram adquiridos como escravos. A vasta maioria vinha do Libolo. Os chefes continuavam a usar métodos judiciais para a obtenção de prisioneiros para venda, por vezes em parceria com *sobas* da margem oposta do Kwanza¹³⁶. Aparentemente, os preços dos escravos subiram várias vezes em cem por cento entre 1880 e 1900, impulsionados pela competição por parte dos ricos fazendeiros de São Tomé e a progressiva diminuição dos recursos locais de mão-de-obra através dos surtos de varíola e da doença do sono¹³⁷. Os lucros dos chefes Mbundu eram contrabalançados pela escalada na violência, provocada pelo comércio. Esta situação foi facilitada pela crescente acessibilidade a armas de fogo no interior, depois da chegada do barco a vapor do Kwanza: no curto período de tempo entre Fevereiro e Outubro de 1875, por exemplo, mais de 12 000 barris de pólvora e cerca de 5000 armas chegaram ao Dondo, principal centro de recrutamento de mão-de-obra na região do Kwanza durante este período¹³⁸. Os ataques e o estado geral de guerra foram fomentados por uma crescente rede de negociantes de todas as cores que se inseriram como intermediários entre os chefes e os agentes de contratos europeus dentro dos concelhos¹³⁹. Por volta de 1890, algumas partes do Libolo estavam reduzidas ao caos político, enquanto a generalidade da região sofria um decréscimo na população, cujos magnitude e efeitos sociais terão ainda de ser investigados¹⁴⁰.

Apesar de graves problemas de falta de capital, causados especialmente pelos altos custos de transporte e pela queda constante nos preços do café após 1880¹⁴¹, a expansão dos terrenos privados no território do *hinterland* de Luanda não parou: entre 1885 e 1895, e apenas na região do Kazengu, o número de propriedades de café europeias subiu de dezoito para vinte e seis. O Banco Nacional Ultramarino detinha a maior percentagem de terra, dado que, por esta altura, havia já executado as hipotecas sobre quatro das maiores plantações¹⁴². A maior parte combinava agora a produção de café com a destilação do álcool de cana-de-açúcar no interior, «um vasto e crescente campo de consumo» devido ao *boom* da borracha¹⁴³. Apesar de o fornecimento rapidamente exceder a procura¹⁴⁴, as plantações europeias de cana-de-açúcar continuaram a multiplicar-se, duplicando em número entre 1891 e 1896, e estendendo-se a sul para o Libolo, onde cinco fazendas

estavam registadas em 1896¹⁴⁵. O significado deste desenvolvimento reside menos na quantidade total de terra alienada por indivíduos privados ou companhias (na verdade, tal desenvolvimento foi menos espectacular em Angola, antes de 1900, do que em Moçambique e noutras partes da África colonial)¹⁴⁶ do que no facto de ter abarcado a maior parte da terra de cultivo irrigável, e, portanto, fértil, entre os rios Kwanza e Nzenza. A maior parte dos oficiais coloniais não compreendeu, ou ignorou deliberadamente, o facto de as zonas de pousio formarem uma parte essencial do sistema agrícola rotativo, ainda praticado pela vasta maioria dos agricultores mbundu: desta forma, a terra temporariamente cultivada era oficialmente designada como «terreno baldio», a ser parcelado em concessões até 10 000 hectares, à discrição do governador-geral. Muitas destas concessões foram cedidas após 1800, envolvendo vastas áreas de terra fértil pertencente às aldeias de linhagem¹⁴⁷.

À medida que os chefes e os anciãos de linhagens da Angola portuguesa foram perdendo o controlo sobre os seus rendimentos, e a população da sua terra foi sendo desviada pelas plantações europeias, a sua influência política entrou, inevitavelmente, em colapso. *Sobados* inteiros foram absorvidos por plantações no Kazengu durante a década de 1880¹⁴⁸. A fome, as doenças e a emigração contribuíram para o dizimar dos habitantes e recursos humanos dos restantes *sobados*. Estas evoluções coincidiram e foram aceleradas pelas mudanças na política colonial que advogavam o reforço do controlo administrativo em Angola. As mesmas forças que impossibilitaram os chefes de responder às pressões, que rapidamente os roubaram do seu poder e da sua riqueza, também os tornaram supérfluos aos Portugueses. O retirar do apoio e da aprovação coloniais foram o golpe final desferido sobre o poder dos chefes, cuja autoridade havia já sido minada pelas ambições de independência e autonomia dos seus súbditos, em resposta a anteriores oportunidades económicas. Estas tendências foram propagadas pela renovação da actividade missionária e pelas tentativas governamentais de fomentar uma escolaridade primária mais regular nos concelhos, fazendo com que os habitantes dos *sobados* se tornassem menos permeáveis às formas tradicionais de controlo político ou social.

A partir de meados da década de 1880, e daí em diante, o imposto sobre as cubatas e o recrutamento de mão-de-obra para novos programas governamentais (a construção de estradas, de pontes e do caminho-de-ferro) foram vigorosamente implementados por oficiais coloniais, que já não toleravam a recusa dos chefes em não acatar as leis coloniais¹⁴⁹. O poder do grande *soba* do Ngulungu, Mubanga a Kitambu, foi finalmente reduzido pela usurpação

de plantações na terra altamente fértil do seu *sobado*, e pela prisão do próprio *soba* em Luanda após 1877¹⁵⁰. O retirar da protecção governamental ao último grande *soba* da região do Baixo Kwanza, Kabuku Kambilo, em 1883, foi seguido, quase imediatamente, pela revolta interna e pela desintegração política do *sobado*. O seu poder foi finalmente reduzido pela consolidação do controlo europeu sobre a maneira como o comércio era conduzido na região do Cambambe, o que o privou dos rendimentos que havia anteriormente monopolizado¹⁵¹. No início deste século, a instituição do *soba* estava em franco desaparecimento na Angola portuguesa, enquanto aqueles que sobreviviam exerciam cada vez menos influência sobre os seus subordinados¹⁵².

Dentro destas áreas afectadas pelo alastramento das plantações europeias, o desaparecimento das terras de linhagem, controladas colectivamente, resultou na deslocação da organização social e produtiva mbundu. Criou-se uma nova classe de homens sem terras, que eram obrigados a trabalhar como jornaleiros em plantações de brancos e noutros empreendimentos coloniais, ou a emigrar. Muitos fugiram para as regiões dos Dembos, onde se organizaram em grupos de banditismo, compostos por serviços evadidos e por outros fugitivos, fazendo incursões periódicas no território português para atacar as fazendas europeias¹⁵³. Fora da área das plantações brancas, as terras de linhagem mbundu, que eram antes propriedade comum, vinham sendo substituídas por herdades privadas, arrendadas por famílias¹⁵⁴. Este desenvolvimento era acompanhado por um declínio na produção alimentar. O cultivo das colheitas básicas era negligenciado em muitas fazendas europeias¹⁵⁵. A atracção exercida pelas oportunidades abertas pela construção das estradas coloniais e do caminho-de-ferro contribuiu para desencorajar definitivamente o cultivo africano: em 1892, os *muceques* (pequenas herdades privadas) perto de Luanda tinham sido parcialmente abandonados pelos proprietários, que haviam preferido procurar trabalho na construção do caminho-de-ferro em Ambaca, pelo qual tinham mais possibilidades de obter pagamento mais imediato e melhor, devido à falta de mão-de-obra que se registava nesta época¹⁵⁶. Estes factores, combinados com secas muito severas na década de 1890, contribuíram para um aumento geral dos preços dos alimentos em todo o *hinterland* de Luanda, o que levou a um maior empobrecimento da população sob domínio colonial.

A expansão dos interesses portugueses e da autoridade no interior foi também causadora do declínio das fortunas políticas das famílias de moradores africanos, há muito estabelecidas nas regiões em causa. Além da competição dos proprietários brancos, por terra e mão-de-obra, as tentativas

para excluir os moradores da Administração colonial recebiam um apoio crescente por um número de decretos oficiais, dando preferência a indivíduos vindos de Portugal nas nomeações coloniais¹⁵⁷. Apesar de os Africanos continuarem a exercer autoridade enquanto oficiais no exército colonial ou nas judiciárias locais, raramente foram nomeados como chefes de concelhos após 1890. Ainda mais significativa foi a abolição final da escravatura em 1875: a instituição do sistema de contrato laboral, que, pela primeira vez, compelia os patrões a pagar um salário mínimo fixo, marcando uma importante mudança qualitativa nas relações laborais em Angola, que ameaçavam destruir as antigas estruturas africanas de poder, baseadas na clientela e na posse de «escravos».

Apesar de a velha ordem não ter sido destruída da noite para o dia pelas novas leis laborais, estas foram executadas por oficiais, cujo controlo, apoiado com maior firmeza por Luanda, se havia tornado mais rígido e mais penetrante do que nunca. Ao mesmo tempo que mostravam compreensão para com os fazendeiros brancos que se furtavam ao pagamento aos serviços, muitos oficiais não se mostravam dispostos a ter a mesma atitude para com os moradores africanos: as queixas de que Lopo Fortunato Pereira Bravo, membro de uma das famílias africanas mais antigas e poderosas da região do Ngulungu, estaria a «escravizar» habitantes locais, forçando-os a trabalhar na sua plantação, receberam alguma atenção das autoridades coloniais, na década de 1890¹⁵⁸. Alguns anos mais tarde, um membro da antiga família de Velasco Galiano, de Luanda, chegou a ser preso sob a acusação de usar mão-de-obra «escrava» na sua plantação de Ngulungu, onde ele continuava a possuir um exército privado de dependentes e clientes. A defesa das instituições sociais e políticas tradicionais mbundu, incluindo o direito dos moradores à posse de «escravos», havia constituído o tema de artigos no primeiro jornal de oposição a ser publicado em Luanda, já em 1883¹⁶⁰. Tais interesses tornaram-se possivelmente uma corrente subterrânea do apoio africano à oposição ao regime português, com bases ideológicas, sustentado por uma elite de intelectuais mbundu durante o mesmo período de tempo¹⁶¹.

Os comerciantes ambaquista foram privados do seu papel primordial como intermediários no comércio europeu pela competição eficaz levada a cabo pelos chefes jinga e mbangala durante o *boom* da borracha do último terço do século. Durante estes anos, o reino de Kasanje foi transformado politicamente pela ascensão de três principados regionais, mutuamente hostis, centrados nas rotas comerciais mais importantes, quer para leste, quer para oeste da capital dos reis¹⁶². Estas rivalidades obstruíram a passagem de comerciantes da Angola portuguesa para além do rio Kwango. Ao

mesmo tempo, os partidos de Mbangala começaram a ser vistos com maior frequência nas rotas para o oeste, em busca de mercados para a cera, a borracha e os escravos, adquiridos de produtores cokwe mais a leste. Embora a princípio tenham parado em Malange, as caravanas mbangala, de cerca de 50 a 60 pessoas, incluindo carregadores ma-songu, avançavam para ocidente até Luanda e até Ambriz, na década de 1880¹⁶³. No entanto, o desperdiçar do produto da exploração de borracha em bruto pelos Cokwe e outros, como resposta aos elevados preços, causaram o seu rápido desaparecimento no *hinterland* imediato da Angola portuguesa¹⁶⁴. As caravanas mbangala que seguiam os fonecimentos de borracha à medida que estes se buscavam mais a nordeste, rapidamente encontraram um mercado mais próximo no Estado Livre do Congo, onde os bens importados eram mais baratos e mais abundantes. O afastamento do comércio mbangala e jinga da Angola Portuguesa foi encorajado pelas novas tarifas proteccionistas impostas pelos Portugueses sobre as importações do estrangeiro em 1892. As povoações ambaquista, que haviam surgido no Malange e em seu redor para interceptar o comércio da borracha após 1880, foram duramente atingidas por esta mudança: em meados da década de 1890, as exportações de borracha de Luanda caíram abruptamente e os relatórios sobre o comércio de Malange dão-no como «reduzido a nada» da noite para o dia¹⁶⁵.

Mbaka, anteriormente a região mais rica em «escravos» e gado da Angola Portuguesa, viu-se grandemente reduzida em população e riqueza no fim do século. As antes abundantes manadas haviam desaparecido nos meados da década de 1880 devido aos efeitos da doença, seca e depredações dos oficiais coloniais¹⁶⁶. A população «escrava» também decresceu, como resultado de sucessivos surtos de varíola e da pressão colonial para fornecer mão-de-obra para a agricultura e comércio europeus. Apesar de os Ambaquista continuarem a desempenhar um papel activo no tráfico de escravos enquanto agentes dos fazendeiros e comerciantes europeus, o seu poder de compra de «escravos» por sua conta decrescia, ao mesmo tempo que a competição europeia aumentava os preços¹⁶⁷. Em Mbaka e muitas outras regiões, a terra continuava a manter famílias de pequenos proprietários africanos, que resistiam fortemente aos trabalhos forçados. O comércio local em matéria alimentar parece ter aumentado em importância após 1900, quando o caminho-de-ferro penetrou mais profundamente no interior e as cidades coloniais se foram desenvolvendo: em 1914, os comerciantes europeus no Dondo, ao longo do Kwanza, ou Caxito, na região do Dande, viviam quase exclusivamente do comércio de cereais e vegetais cultivados por agricultores locais; mesmo assim, a produção do último era con-

siderada insuficiente para que a maioria dos chefes de família não fosse forçada a submeter-se ao sistema de trabalho forçado nas fazendas europeias vizinhas¹⁶⁸.

No dealbar do século, o declínio na população e a autonomia das elites mbundu sob o domínio colonial contrastavam com a independência e relativa prosperidade das regiões que circundavam o território portugueses. A rica área produtora de café, ao norte do rio Nzenza, permaneceu largamente intocada pelas pressões que privavam os habitantes do Kazengu e Ngulungu do acesso às florestas de café. O café permaneceu o produto mais valioso de exportação em Angola até ser substituído pela borracha de Benguela em 1898. Não obstante a queda brusca nos preços mundiais do café, as exportações anuais de Luanda continuaram a mediar entre três e cinco toneladas antes de 1910. Anualmente era exportada aproximadamente uma tonelada através de Ambriz. Pouco mais de um quarto deste total era produzido nas fazendas europeias; a maior parte do resto consistia na colheita e preparação do café pelos chefes Dembos, mubire e hungu¹⁶⁹. Os Hungu tornaram-se particularmente conhecidos como comerciantes de café, efectuando longas viagens entre as suas terras, a nascente do rio Dande, e Ambriz, e em 1890 até ao Dondo. Nestes pontos, os negociantes hungu trocavam café por armas, fornecendo estas aos Jinga, de quem recebiam gado, em retribuição. Os Dembos também lucraram com as actividades hungu, colectando pesados impostos sobre café a comerciantes que atravessavam os rios Dande, Lifune e Nzenza. Opunham-se fortemente a qualquer anexação das suas terras ao território português, que os privaria destes abundantes rendimentos¹⁷⁰. A resistência jinga e mbangala ao alargamento do domínio colonial foi fortalecida de modo semelhante pela riqueza adquirida pelo comércio do marfim e da borracha com o Estado Livre do Congo, que permitiu a concentração de grandes quantidades de mão-de-obra e armas de fogo nas mãos das autoridades políticas¹⁷¹.

Só em inícios de 1900 foram tomados os primeiros passos que alargaram eficazmente o domínio colonial a todas as partes do território mbundu. Apesar de a colonização branca ter começado já no Libolo durante a década de 1890, os pedidos de terra por Europeus encontraram uma forte oposição da parte de muitos chefes, que organizavam ataques às fazendas brancas¹⁷². A autoridade portuguesa só foi imposta à totalidade do território após 1908, na sequência da derrota e destruição do chefe supremo Quissongo, que havia afirmado controlar a população de 20 chefaturas-satélite¹⁷³. Por esta data, a população do Libolo incluía muitas centenas de famílias que produziam óleo de palma e outras colheitas, para venda a negociantes brancos

em mercados coloniais próximos do Kwanza. Além disso, muitas famílias aumentavam os seus rendimentos através de migrações sazonais para trabalhar em plantações europeias e outros empreendimentos na mesma região¹⁷⁴.

Nas outras áreas, a conquista colonial prosseguia, gradualmente e com grande dificuldade. O interior do Kisama permaneceu desocupado até 1917¹⁷⁵. Da mesma forma, os Dembos apenas sucumbiram à pressão colonial porque a doença do sono foi dizimando a população a partir de 1907, e, mesmo assim, apenas foram completamente derrotados em 1919, quando o imposto sobre as palhotas lhes foi imposto pela primeira vez¹⁷⁶. Finalmente, apesar de o poderio económico e político das autoridades Jinga e Mbangala ter entrado em colapso com o *boom* da borracha em 1910, o domínio português efectivo não afectou estes povos antes de 1920. Apenas nessa altura foram tomados os primeiros passos para integrar as sociedades mbangala e songo na economia colonial, seguindo-se à imposição do cultivo do algodão em 1926. Esta lei marcou o início de uma nova fase de penetração capitalista entre os Mbundu. A obrigação de cultivar algodão, em detrimento das colheitas alimentares, e vende-lo a um preço pouco vantajoso, fixado pelo Governo, teve como consequência uma depressão económica a longo termo, em especial para a população que vivia nas regiões a leste do Malange. O descontentamento causado por estas condições viria a culminar na chamada «Revolta do Algodão» da Baixa de Cassange, em 1961¹⁷⁷.

4. *Conclusões.*

As mudanças na economia de exportação colonial durante o século XIX aceleraram a evolução das sociedades mbundu segundo as linhas fornecidas pelo tráfico de escravos ultramarino. Muitos chefes adaptaram o seu domínio sobre a população e recursos humanos ao comércio de cera, marfim e borracha, ou à produção de café e óleo de palma.

Contudo, no todo – tal como noutras partes da savana da África Central¹⁷⁸ – as influências mercantis europeias revelaram-se hostis ao crescimento de estados politicamente estáveis e centralizados: o aumento de comerciantes estrangeiros em Matamba e no Kasanje permitiu que facções rivais aumentassem a sua riqueza e o seu poder relativos, minando a autoridade central; além disso, a emergência de novas forças sociais vindas de estratos mais baixos, baseadas na iniciativa comercial, começaram progressivamente a desafiar a autoridade dos chefes e dos anciãos das linhagens em muitas áreas, conduzindo a fissões políticas.

Embora estas mudanças tenham sido acompanhadas por um certo crescimento na produção, tal não conseguiu promover qualquer desenvolvimento significativo da economia rural. A base agrícola continuou submetida a fracassos periódicos nas colheitas e a faltas de alimentos causadas pela seca. Na verdade, esta insegurança ajuda a explicar a receptividade mbundu às oportunidades oferecidas pelos contactos mercantis a partir do século XVI¹⁷⁹. Porém, a expansão comercial do século XIX serviu maioritariamente para aumentar a instabilidade das economias mercantes locais: a maior parte do comércio continuou a depender mais da colheita de produtos do que do seu cultivo e manufactura; os aumentos na produção local de sal, tecido ou ferro estavam intimamente ligados à extensão do comércio de longa distância de cera, marfim ou borracha. A rápida exaustão destes produtos primários, combinada com as bruscas flutuações nos preços internacionais dos produtos coloniais após 1860, reflectiu-se na natureza efémera da maioria das fases da actividade comercial mbundu. Ao mesmo tempo, nem todas as sociedades mbundu partilhavam do mesmo grau de prosperidade ou pobreza. A localização geográfica foi determinante na definição das desigualdades que resultaram das variações na incidência da seca, na distribuição dos recursos naturais e capacidade de adaptação à rápida mudança nos padrões comerciais – brilhantemente ilustrada pelo aumento da prosperidade dos Mbangala à custa de comerciantes ambaquista durante o *boom* da borracha, no último terço do século.

Entre 1875 e 1920, o controlo político das relações de produção – ou seja, da organização dos recursos laborais – passou das mãos dos chefes, chefes de família e moradores mbundu para as dos negociantes, fazendeiros e oficiais coloniais europeus. Este processo foi mais ou menos consumado em 1900 na Angola Portuguesa. O domínio colonial dos recursos de produção, da terra e da mão-de-obra, nesta região, causou uma nivelção geral das anteriores diferenças internas de riqueza, levando a uma pauperização generalizada. Apesar de a supremacia portuguesa se ter imposto lentamente, a maior parte das áreas do território mbundu estavam em 1920 directamente subordinadas à procura colonial. A conquista foi facilitada pela deterioração do comércio mundial em café e borracha, que afectaram negativamente as economias locais. Mas o factor mais importante no declínio da autonomia mbundu – especialmente na Angola Portuguesa e na região dos Dembos – parece ter sido a grande taxa de mortalidade, causada pela varíola e pela doença do sono a partir da década de 1880 até inícios de 1900, desmoralizando e minando o poder das forças que se opunham ao avanço do domínio colonial.

A versão original inglesa deste artigo foi publicada na revista *Paideuma* (Instituto Frobenius, Francoforte), nº 32, 1985. Os meus mais sinceros agradecimentos vão para Franz-Wilhelm Heimer, David Birmingham, Joseph Miller e Gervase Clarence-Smith pelos comentários que fizeram sobre a primeira versão deste ensaio. Desejo ainda agradecer à Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, pela concessão de uma bolsa durante uma parte da investigação.

- ¹ Desde a finalização deste ensaio têm aparecido várias publicações relevantes para história dos Mbundu no século XIX. Ver, em especial, as panorâmicas históricas fornecidas por Miller 1983 e Pélissier 1977 e 1978. Para tratamento mais detalhado dos aspectos que abordamos neste ensaio, ver, por exemplo, Birmingham 1978; Dias 1981, 1982 e 1984. Sobre o pano de fundo colonial, ver, em especial, Alexandre 1979 e Clarence-Smith 1983 e 1985. As respostas ao comércio externo entre os povos Cokwe e Mbangala são analisadas mais pormenorizadamente na recente tese de doutoramento de Isabel Castro Henriques *Commerce et Changement en Angola au XX^e Siècle: Imbangala et Thokwe face à la Modernité*, 1992 (em publicação).
- ² No século XVIII o termo *Mubire* parece ter sido aplicado tanto aos Vili como aos comerciantes do Katongo ao Ngoyo; ver Martin 1972, p. 1302; também Sarmento 1880: 160-61; Fonseca 1859-61: 86-9; Birmingham 1966: 130-31; Vellut 1970: 89-97.
- ³ A informação sobre esta dispersão populacional está espalhada por documentos relacionados com o concelho do Cambambe em AHA. Movimentos populacionais semelhantes foram também notados perto do rio Dande; ver Sarmento 1880, p. 112.
- ⁴ Ver AHA, códice 2-4-18, do chefe do Cambambe ao governador-geral, 4 de Outubro de 1857: Monteiro 1968: II, pp. 103-4.
- ⁵ AHU, Angola, *Diversos*, maço 823. O verdadeiro número de cabeças de gado pode ter sido ainda mais elevado, devido às falsas indicações de retornos, fornecidas pelos proprietários, de forma a evitar o imposto sobre o gado reclamado pelo Governo colonial.
- ⁶ Ver Duarte 1859-61, p. 123. Os Mbondo eram únicos de entre os Mbundu no facto de conferirem ao seu gado um significado simbólico, o que impedia que os seus nobres comessem os próprios bois; ver Miller 1976, p. 105.
- ⁷ Esta é uma impressão inconfundível transmitida por fontes contemporâneas, embora não haja indicadores populacionais para as áreas que rodeiam o território português. Em meados da década de 1840, estimava-se que a população sob governo colonial existente a norte do Kwanza atingisse aproximadamente um quarto de milhão de indivíduos; ver, por exemplo, Lopes de Lima 1846, III, 4-A. Uma vez que a maior parte das estatísticas novecentistas era baseada em dados dos próprios chefes acerca do número de «fogos» submetidos à sua jurisdição, para calcular os impostos a pagar, é de supor que o número real fosse muito mais elevado.
- ⁸ Dadas as diferenças conceptuais existentes entre as instituições africanas de escravatura e os sistemas europeu e americano, o termo *escravo* é aqui utilizado entre aspas sempre que nos referimos à escravatura Mbundu. As estatísticas oficiais dos anos 30 e 40 do século passado oferecem uma estimativa do número de escravos em pouco menos de um quarto da população da Angola Portuguesa; ver AHU, Angola, *Diversos*, maço 823; Lopes de Lima 1843: III, 4-A. A dificuldade na identificação de muitos «escravos», cujas circunstâncias materiais dificultam a sua distinção dos chamados «homens livres», torna impossível precisar que tamanho teria esta

- população «escrava» aqui ou em território Mbundu em 1840. Miller 1973, pp. 10-26. 1977, pp. 205-33. Para descrições novecentistas da «escravatura» entre os Mbundu, ver Barbosa 1854-58, pp. 470-72; Monteiro 1968: I.56-61, p. 205; Chatelain 1964, p. 82; Pinto 1888, pp. 157-58.
- ⁹ Para o desenvolvimento das instituições sociais e políticas Mbundu anteriores ao século XIX, ver Miller 1976, 1983.
- ¹⁰ Sobre a formação destes reinos, ver Miller 1976.
- ¹¹ Ver Miller 1973, pp. 10-26.
- ¹² Para fontes sobre os Kisama neste período, ver Neintze 1972. Ver também AHU, Angola, *Diversos*, maço 823.
- ¹³ Ver, por exemplo, Anon., 1854-58, AHA, códice G (5) 9-19, ofício no 220, do chefe do Catambe ao secretário-geral, 30 de Outubro de 1866, Heintze 1972.
- ¹⁴ Ver *Portugal em Africa*, 4, 1897, pp. 9-11.
- ¹⁵ Em 1844, uma força portuguesa de mais de 70 oficiais e soldados, enviada para submeter um chefe Kisama, foi massacrada, e as suas armas foram apanhadas. Tal marcou o final das tentativas de conquista colonial do Kisama, que pararam por mais de meio século; ver Carvalho de Menezes 1848, p. 140; também *O Pharol do Povo*, 9, 7 de Abril de 1883.
- ¹⁶ Estatísticas posteriormente citadas em referência a este período elevam a população controlada por Kalulu Ka Kahenda a mais de 40 000 pessoas; ver Magno 1934, p. 62. Ver também Fonseca 1959-61: 86-9; Sarmiento 1880, pp. 160-61; Almeida 1938.
- ¹⁷ Ver, por exemplo, AHUCG, pasta 18, ofício 225, 19 de Novembro de 1852.
- ¹⁸ Os limites geográficos da soberania portuguesa correspondiam às fronteiras territoriais dos *sobados* vassallos, que eram habitualmente definidos pelos *sobas* e pelos anciãos das linhagens. Só em 1887 tomou o governo colonial a tarefa de mapear os limites topográficos exactos da sua autoridade; ver Capelo 1889: 9-10. Para informação sobre as mudanças nas divisões administrativas da autoridade colonial no século XIX, ver, em especial, BO, *passim*; Milheiros 1972.
- ¹⁹ A cerimónia do *undamento*, em que cada novo *soba* jurava fidelidade ao Governo, e, especialmente, prometia continuar a fornecer um dado número de homens para apoiar o comércio e os interesses militares europeus, manteve-se durante o século XIX; ver, por exemplo, AHA, avulsos, maço 16-1-3, livro dos *undamentos* dos *sobas* no concelho de Cambambe 1872-78. Para o desenvolvimento inicial deste relacionamento, ver Heintze 1979 e 1980; Couto 1977, pp. 230-37.
- ²⁰ Mubanga a Kitambu controlava pelo menos 4000 «fogos» e Kabuku Kambilo cerca de 3000. Observadores contemporâneos calculam uma média de oito pessoas por casa, incluindo mulheres e crianças; ver Diniz 1859-61, pp. 135-37; Carneiro 1859-61, p. 141. Considerava-se ainda que pelo menos oito outros *sobas*, em diferentes partes do território português, possuíam 2000 ou mais casas pela mesma data; ver, por exemplo, Francina 1854-58, pp. 459; Barbosa 1854-58, p. 474; BO, 237, 3 de Janeiro de 1852.
- ²¹ No início do século XIX, pelo menos, o termo *morador*, significando simplesmente «habitante», era aplicado em Angola para descrever uma categoria social distinta, de pessoas residentes no interior – de origem tanto local como estrangeira –, cuja riqueza lhes permitia viver independentes das autoridades políticas mbundu, bem como das leis de qualquer chefatura.
- ²² Ver AHUCG, pasta 22, cópia da ordem do dia Luanda, 13 de Junho de 1836. Para mais estudo sobre a importância do papel desempenhado pelos comandantes ou divisões na administração colonial, ver, em especial, AHA, códice 32-2-22, ofício 173 do chefe do Kazengu; Carvalho 1890: 158. Quanto a informação sobre o comportamento destes oficiais e as suas relações com os *sobas*, esta pode ser encontrada nos avulsos e nos códices relacionados com a administração local nos concelhos em AHA.
- ²³ O direito a usar sapatos era, de início, um privilégio concedido exclusivamente pelos chefes. No século XIX, alguns *sobas* venderam este direito em troca de pagamento, igualmente válido na

- compra da isenção dos serviços militar ou laboral; sobre estes pontos, ver, por exemplo, Livingstone 1857, p. 410; Chatelain 1964, p. 482.
- ²⁴ Duas missões em particular – Mubanga, na região de Ngulungu, e Kahenda, ao norte de Mbaka – haviam, no século XVII, desenvolvido um importante foco de actividade missionária na Angola portuguesa, combinando o tráfico de escravos com a difusão da educação e cultura europeias; ver, em particular, Livingstone 1857, p. 382; Pinto 1888, pp. 27-8; Dias de Carvalho 1890, p. 145.
- ²⁵ Uma lista das principais famílias e padrões de propriedade na região do Dande nos inícios de 1800 é-nos dada por Zilhão 1961.
- ²⁶ Ver, por exemplo, Silva Correia 1937, p. 121; Feo Cardoso 1825, p. 356.
- ²⁷ Ver Lopes de Lima 1846, III, 4-A.
- ²⁸ Ver, por exemplo, Francina 1854-58, pp. 10-11.
- ²⁹ Ver Feo Cardoso 1825, p. 356. Estes desenvolvimentos são comparáveis com a ascensão de grupos semelhantes de intermediários entre as autoridades portuguesas na Senegâmbia, Serra Leoa e Costa do Ouro; ver, por exemplo, Hopkins 1973, p. 109.
- ³⁰ Durante o século XIX, o uso do termo *Ambaquista* serviu para descrever os falantes de kimbundu em qualquer parte da Angola Portuguesa que tivessem adoptado vestuário ou comportamentos europeus. A maior parte das descrições europeias de Ambaquista, do século XIX, são pouco mais que caricaturas; ver, em todo o caso, Chatelain 1964, para uma visão um pouco mais objectiva da sociedade ambaquista; ver também Ribas 1969.
- ³¹ Até pelo menos 1870, a rota de Luanda não foi ultrapassada pela rota mais a sul para Benguela. Até 1898, o valor total do comércio de exportação de Luanda duplicou o valor do de Benguela, apesar da ascensão do comércio da cera e de borracha dos Ovimbundu. Para uma comparação das tabelas anuais de exportação, ver, em especial, BO, de 1858 em diante; *Anuario Estatístico de 1897* em diante; *Estatística Comercial da Província de Angola* 1891; *Estatística Comercial do Circulo Aduaneiro de Angola*, 1912, 1915. Existe um sumário bastante útil do desenvolvimento do comércio «legítimo» de Angola antes de 1920 in *Pelatórios e Informações: Apenso ao Boletim Oficial*, 1918, pp. 438-321.
- ³² Tal foi importante na determinação da ocupação portuguesa de Ambriz, em 1855; ver AUHCG, pasta 17 (616), Juízo de Direito, officio 28, 12 de Abril de 1851. Sob o domínio português, uma tarifa de 6 por cento era imposta às importações, mas as exportações estiveram isentas até 1892. Para os efeitos sobre o comércio, ver Monteiro 1968, II, pp. 59-61.
- ³³ Em meados da década de 1840, calculava-se a existência de 140 residentes europeus na região de Luanda (excluindo a cidade em si); ver Lopes de Lima 1846, III, 4-A. Não houve aumento significativo anterior a 1870.
- ³⁴ Ver, em especial, Hopkins 1973, pp. 132, 146. A ascensão do comércio «legítimo» estimulou o desempenho de ocupações subsidiárias, tais como a produção de sacos para o transporte de cera, café, etc.: ver Batalha 1889, pp. 53-4; Monteiro 1968, pp. 1, 123.
- ³⁵ Ver Miller 1970, p. 178.
- ³⁶ Graça 1854-58, pp. 101-17.
- ³⁷ Ver, por exemplo, Salles Ferreira 1845-46; Paes Brandão 1904.
- ³⁸ Ver Miller 1973, pp. 24-6; Livingstone 1857, pp. 358-59, 379-80, 441-42, 429. Os comprimentos standard de tecido eram usadas como moeda de troca por esta altura; ver em baixo.
- ³⁹ As comunidades ambaquista entre os Jinga, Mbondo e outros povos mbundu também aumentaram em número a partir da década de 1840; ver Duarte 1859-61, pp. 123-24; Chatelain 1964, p. 64, etc.
- ⁴⁰ Ver Miller 1970, p. 178. Segundo o BO, 762, 12 de Maio de 1860, 115, 269 libras de marfim foram exportadas legalmente de Luanda em 1859, menos do que um quarto do total exportado de Zanzibar no mesmo ano; ver Alpers 1975, p. 234.
- ⁴¹ Ver Dias de Carvalho 1890, p. 269.

- ⁴² Ver particularmente Silva Correia 1937: 1. 31-32; também AHA, avulsos, maço 39-2-6, relatório do chefe de Malange, 31 de Dezembro de 1867. Este tipo de crédito comercial afro-europeu era muito comum por toda a África Ocidental durante este período; ver Hopkins 1973, pp. 109-10.
- ⁴³ Ver Livingstone 1857, pp. 375, 441-2; Monteiro 1968, II, pp. 102-4.
- ⁴⁴ Ver Martin 1972, p. 132; também AHA, códice C-8-5, fls. 108v-109, 6 de Outubro de 1852.
- ⁴⁵ Ver BO 1845-56: passim; Livingstone 1857, p. 385; AHU, Angola, *Diversos*, maço 825, Arsénio de Carpo a Sá da Bandeira, 20 de Maio de 1863.
- ⁴⁶ Ver Saldanha Gama 1839, pp. 74-5; AHUCG, pasta 3, 1840, portaria de Sá da Bandeira, 31 de Janeiro de 1839; Salles Ferreira 1845-6, pp. 116-17.
- ⁴⁷ Ver AHU, *Diversos*, maço 825, Arsénio de Carpo a Sá da Bandeira, 20 de Maio de 1863; Calheiros e Menezes 1867, pp.44-45.
- ⁴⁸ Este sistema foi abolido legalmente em 1839, mas foi reintroduzido em forma modificada na década de 1840 devido à escassez de carregadores. Continuou a ser praticado durante a última metade do século, apesar de subsequentes proibições em 1856; ver particularmente Sá da Bandeira 1873, pp. 52-8 Monteiro 1968, II, pp. 53-4. Para além das fontes já citadas, muita informação sobre os métodos de recrutamento e abusos exercidos sobre os carregadores está contida em documentos dos anos 40 a 60 do século passado, em AHU.
- ⁴⁹ Ver, por exemplo, AHA, *avulsos*, maço 23-80-1, afirmação de Francisco Domingues, s.d., 1855.
- ⁵⁰ Ver BO, 612, 20 de Junho de 1857.
- ⁵¹ Francina 1954-58, pp. 10-1; Sarmiento 1859-61, p. 150.
- ⁵² Ver AHUCG, pasta 17 (615), Governo do Districto de Golungo Alto, officio 53, 26 de Março de 1851.
- ⁵³ Ver, por exemplo, Diniz 1859-61, pp. 135-37; Calheiros e Menezes 1867, pp. 44-5, e fontes acima citadas.
- ⁵⁴ Ver Birmingham 1970, pp. 163-73, para um relato das primeiras trocas comerciais mbundu.
- ⁵⁵ Ver, por exemplo, Sousa Dias 1934, pp. 127-28.
- ⁵⁶ Ver AHUCG, pasta 17 (616), portaria 290 do governador-geral, 16 de Agosto de 1851. Em Mbaka, por esta época, um boi era vendido por 21/2 comprimentos de tecido (valendo 6250 réis); um porco com 5 cwt. de peso era trocado por um comprimento de tecido.
- ⁵⁷ Ver Feo Cardoso 1825, p. 356; Dias de Carvalho 1890, p. 150.
- ⁵⁸ Ver Livingstone 1857, pp. 358-59; Monteiro 1968: II, pp. 102-4; por volta de 1850, as peles de boi eram vendidas em Mbaka por um *beirame* (um comprimento standard de tecido muito fino) se não estivessem curtidas, e dois *beirames* caso estivessem curtidas e cortadas; ver Diniz 1859-61, p. 135. As peles de boi eram também exportadas de Luanda neste período.
- ⁵⁹ Ver, por exemplo, Miller 1970, p. 176. Em 1890 ainda não havia notícia de venda de algodões de Manchester entre os Kisama, que preferiam usar tecidos de fabrico local: ver BFO, 1333, relato do Cônsul Pickersgill, 1894. Expresso aqui os meus agradecimentos a Gervase Clarence-Smith por me ter chamado a atenção para esta fonte.
- ⁶⁰ Ver Miller 1973, pp. 23-4.
- ⁶¹ O sal era também produzido em três *sobados* perto de Pungu a Ndongo por esta data: ver Diniz 1859-61, pp. 135-37
- ⁶² Francina 1854-58, p. 5.
- ⁶³ Barbosa 1854-58, p. 470; também Dias de Carvalho 1890, p. 123.
- ⁶⁴ Outros *sobas* que controlavam minas de ferro eram Kakulu Kamuinsa e Muinsa a Ngoma (Muinza Angoma) de Kazengu e Guengue de Massangano.
- ⁶⁵ Ver AHUCG, pasta 17 (616), carta privada de Golungo Alto, 20 de Setembro 1851.
- ⁶⁶ O algodão crescia espontaneamente em todo o *hinterland* de Luanda. Para uma descrição do tamanho e valores das *ntangas*, ver Silva Correia 1937, I, pp. 155-58. O Governo colonial utilizou-as

- para o pagamento de soldados e oficiais até 1830; ver AHUCG, pasta 2, JFP, officio 2, 5 de Abril de 1839. Na década de 1850 1300 *ntangas*, cada uma medindo entre 19,5 e 20 m de comprimento, foram anualmente produzidas no Kazengu para pagar o imposto individual colonial; ver Livingstone, 1857, p. 402. Para desenvolvimentos comparáveis em Moçambique e outras partes do leste de África, ver, por exemplo, Isaacman 1972, p. 66; St. John 1970, pp. 206-7.
- ⁶⁷ Ver Livingstone 1857, pp. 399, 407, 414-15. Sarmento 1880, pp. 113, 174; Barbosa 1854-58, pp. 470-71 Para mais descrições da manufactura de algodão pelos Mbundu, ver especialmente *Anon*, 1862: apêndice 31-39; Dias de Carvalho 1890, p. 152.
- ⁶⁸ Ver Francina 1854-58, p. 5; ver também Lima 1859-61, p. 151 para mais descrições de mercados locais.
- ⁶⁹ Sobre este ponto, ver em especial Klein 1971.
- ⁷⁰ Esta tornou-se uma reacção comum à penetração do comércio europeu a sul do Sahara, durante o século XIX; ver Miller 1970, pp. 181-86.
- ⁷¹ Livingstone 1857, pp. 419, 447.
- ⁷² Ver AHU, Angola *Diversos*, maço 825, Arsénio de Carpo a Sá da Bandeira, 20 de Maio de 1863.
- ⁷³ Os Hungu haviam migrado em direcção ao ocidente, viajando da região entre os rios Kwale e Kwango, de onde eram originários, até perto da nascente do rio Dande, nos finais do século XVIII; ver Birmingham 1966, pp. 150-51. Por volta de 1850, existiam cerca de 15 chefes Hungu nas terras do Dembo Kakulu Ka Kahenda: ver Fonseca 1859-61, pp. 86-9; Sarmento 1880, pp. 160-61.
- ⁷⁴ Ver Miller 1973, pp. 24-5.
- ⁷⁵ Ver Dias, 1981.
- ⁷⁶ Ver Diniz 1859-61, p. 141.
- ⁷⁷ O número de *sobados* decresceu de 130 para 94, de acordo com listas publicadas por Lopes de Lima 1846, III, 4-A e BO 327,3 de Janeiro 1852.
- ⁷⁸ Francina 1854-58, pp. 11-2.
- ⁷⁹ AHA, avulsos, maço 23-80-2. Inventário dos bens de Cruz feito de 19 a 27 de Novembro de 1860. As suas actividades de crédito são sugeridas por uma longa lista de dívidas à sua cobrança, principalmente em sal e tecido.
- ⁸⁰ Ver AHA, avulsos, maço 23-57-1. Inventário dos bens de Beca, em 8 de Maio de 1868.
- ⁸¹ Ver especialmente AHUCG, pasta 23, Secretaria da Camara dos Deputados, officio 404, 3 de Junho de 1856: pasta 26, Governo Geral, officio 97, 23 de Junho 1860: pasta 32, Governo Geral, officio 38, 2 de Outubro 1863.
- ⁸² Ver AHUCG, pasta 24, João Evangelista Pereira Lionis da Silva, 19 de Maio de 1858; AHA, avulsos, maço 23-57-3, *comando do concelho de Cambambe*, officio 103, 12 de Abril de 1870; Pinto 1888, p. 57.
- ⁸³ Ver Calheiros e Menezes 1867.
- ⁸⁴ As exportações de urzela de Luanda começaram por volta de 1840, aumentando para cerca de 720 toneladas em 1859, valendo 170 contos. As exportações declinaram a partir de 1860, devido ao desenvolvimento das tinturas químicas na Europa, apesar de pequenas quantias continuarem a ser exportadas até meados da década de 1880: ver BO, 768, 23 de Junho de 1860; BFO, nº 1333, 1894; e fontes acima citadas (n. 30).
- ⁸⁵ Ver, por exemplo, Barbosa 1854-58; AHA, códice 32-1-46, officio 122, 29 de Maio de 1880.
- ⁸⁶ Ver BO, 1856 «Mappa Agricola» da região de Kazengu, Junho a Dezembro de 1855.
- ⁸⁷ Ver AHUCG, pasta 22, governo-geral, officio 594, 30 de Dezembro de 1856.
- ⁸⁸ Ver, em particular, AHUCG, pasta 23, officio datado de 8 de Dezembro de 1857. Estimava-se que o número de «fogos» existentes nos concelhos a norte do Kwanza haveria decrescido em cerca de um quarto de 1858 a 1859; ver AHUCG, pasta 26, governo-geral, officio 55, 17 de Abril de 1860.

- ⁸⁹ Ver, por exemplo, Silva Correia 1937, I, pp. 158-59; Francina 1854-58; Monteiro 1968, II, pp. 26, 135.
- ⁹⁰ Ver, em especial, Livingstone, 1857, pp. 379-80.
- ⁹¹ Ver Carvalho e Menezes 1848: Sarmento 1880, pp. 170-72. No século XVIII, havia sido iniciada a exportação de pequenas quantidades de óleo de amendoim para o Brasil. As exportações atingiram o ponto alto em 1859, altura em que foram avaliadas em cerca de 53 contos. A produção entrou posteriormente em declínio, quando métodos mais eficientes de extracção de óleo foram desenvolvidos na Europa; ver BO, 768, 23 de Junho de 1860 e fontes acima citadas (n. 30); também Monteiro 1968, pp. I. 133-34; Pinto 1888, p. 57.
- ⁹² Ver Monteiro 1968, I, p. 112; BFO, nº 4, 1886, p. 5.
- ⁹³ Fundada pela iniciativa de um comerciante americano, A. A. Silva Archer, a quem foi concedido o monopólio da navegação a vapor no Kwanza por mais de catorze anos, em 1866 [correção feita à mão na fotocópia - N.T.]; ver BO, 1866, 12. 24 de Março; BO, 1866, 31. 14 de Outubro.
- ⁹⁴ Há notícia de passar uma média de dez a doze canoas por dia por Massangano, carregadas com produtos provenientes das duas margens do rio, descendo o Kwanza em direcção a Luanda, por volta de 1850; ver Livingstone 1857, p. 404.
- ⁹⁵ Estas eram causadas essencialmente por dificuldades de navegação na estação seca; ver AHA, *avulsos*, maço 16-1-7, 7 de Agosto de 1874.
- ⁹⁶ Ver AHA, Códice G (5) 3-33, relatório do Governador Geral 1867; Dias de Carvalho 1890, p. 102
- ⁹⁷ Ver *O Mercantil*, 10. 8 de Setembro de 1870; AHA, *avulsos*, maço 23-6-2, do chefe do Dondo ao governador-geral 23 de Setembro de 1882.
- ⁹⁸ O valor das exportações de Luanda mais do que duplicaram entre 1866 e 1874; compare-se BO, 1867, 9. 2 de Março e BO, 1879, 4. 25 de Janeiro. Ver também *O Mercantil* 55, 20 de Julho 1871; Ponte e Horta 1889, p. 10; Monteiro 1968, pp. 11, 114; Barros Gomes 1894; BFO, nº 4, 1886.
- ⁹⁹ Ver Perry 1875, p. 358; BO 1870, 8. 19 de Fevereiro.
- ¹⁰⁰ Ver *Angolana* 1, 290; AHU, *Diversos*, maço 825. Esperava-se que a colheita total de amendoim em Mbaka atingisse os 500 000 cwt em 1871; ver *O Mercantil* 55, 20 de Julho de 1871.
- ¹⁰¹ As exportações de algodão, em rama a partir de Luanda aumentaram de 15 toneladas em 1858 para 274 toneladas em 1867, alcançando um máximo de 818 toneladas em 1872. As exportações de óleo de palma duplicaram em valor entre 1867 e 1871. O café tornou-se a exportação mais valiosa de Angola durante estes anos, subindo de 188 contos em 1867 para 593 contos em 1874; ver BO 706, 9 de Abril 1859; BO 1868, 20 16 de Maio; BO 1872, 43, 26 de Outubro; BO 1873, 48, 29 de Novembro; BO 1879, 4, 25 de Janeiro.
- ¹⁰² Ver Monteiro 1968, II, pp. 144-45; Kraft 1892, p. 27; AHA, códice 3-6-23, officio 111, 27 de Fevereiro de 1891. Para uma descrição mais detalhada da manufactura do óleo de palma perto de Kwanza, durante este período, ver Batalha 1889, pp. 49-50.
- ¹⁰³ A confirmação destes factos é dada pelos *avulsos* de AHA, relacionados com os concelhos perto do Kwanza, nas décadas de 1870 e 1880.
- ¹⁰⁴ Ver Dias 1976.
- ¹⁰⁵ Todos os escravos adquiridos após Dezembro de 1854 haviam oficialmente adquirido o estatuto de libertos, para serem automaticamente postos em liberdade após dez anos de escravidão. Para resumos da legislação relacionada com a abolição da escravatura em Angola, ver Oliveira Martins 1953, p. 173; Sá da Bandeira 1873; Andrade Corvo 1883-87, II, p. 344; Duffy 1967.
- ¹⁰⁶ 60 690 escravos estavam registados em toda a Angola em 1854. Durante os cinco anos que se seguiram, registaram-se 13 674 pessoas como *libertos*; três quartos destes trabalhavam na região de Luanda. Por volta de 1873, os dados oficiais montavam aos 58 061 escravos e 31 768 libertos. É necessária investigação mais cuidada antes de se poder avaliar a exactidão destes números: a forte oposição dos donos de escravos de todas as racas à abolição e a sua inicial relutância em

- registar os escravos depois do decreto de 1854, sugere que o verdadeiro número possa ter sido mais elevado. Ver Sá da Bandeira 1873, p. 31; AHUCG, pasta 26, Pery 1875, p. 356; AHUCG, pasta 22, Governo Geral, ofícios 258, 15 de Setembro; 274, 22 de Setembro e 301, 14 de Novembro 1855; ver também AHA, códice 24-18, do chefe do Caabambe ao governador-geral, 1 de Setembro de 1857.
- ¹⁰⁷ As exportações de mão-de-obra para São Tomé iniciaram-se em 1850; ver Duffy 1967. Os dados para este período não foram ainda coligidos.
- ¹⁰⁸ Ver *Anon*, 1862, Apêndice, p. 37; também Sá da Bandeira 1873, p. 31. Pelo contrário, os preços médios em Benguela, entre 1864 e 1874 iam de apenas 5000 a 20 000 réis: ver Soremukin 1977, p. 88. Tal implica que os escravos existiriam em maior abundância em Benguela que em Luanda, neste período, sugerindo simultaneamente uma maior alargamento da escravatura através de intermediários Ovimbundu, por comparação com os negociantes ambaquista, mais a norte.
- ¹⁰⁹ Ver Miller 1970, p. 194.
- ¹¹⁰ Segundo o chefe do Malange em 1867, o lucro por cada escravo vendido era de cerca de 20 000 a 25 000 réis; ver AHA, *avulsos* maço 39-2-6, *relatório*, 31 de Dezembro de 1867.
- ¹¹¹ Ver, por exemplo, Duarte 1859-61, pp. 123-24; Valdez 1861, II, pp. 129-31, AHU, Angola, *Diversos*, maço 824, de Francisco de Salles Ferreira a Sá da Bandeira, s.d., Novembro de 1855; ver, também, Monteiro 1968, I, pp. 59-61; Chatelain 1964: contos XXXIX e XLI, para mais dados sobre os métodos utilizados pelos chefes e chefes de linhagem para obter escravos.
- ¹¹² Monteiro 1968, II, pp. 135.
- ¹¹³ Um desenvolvimento comparável teve lugar, a uma escala muito superior, entre os Ovimbundu, nos inícios do século XX; ver Pössinger 1973, p. 39.
- ¹¹⁴ O Governo colonial havia sempre (teoricamente) encarado toda a terra da Angola Portuguesa como pertencendo à Coroa por direito de conquista; ver, por exemplo, AUHCG, pasta 18, sem número, tratando de uma disputa sobre terras «pertencentes» a *sobas* perto de Pungu a Ndongo, 1852.
- ¹¹⁵ Ver, por exemplo, Diniz 1918; Zilhão 1961.
- ¹¹⁶ Tal é fortemente sugerido por fontes contemporâneas, apesar de se tornar difícil medir com exactidão a escala da mudança: nos meados da década de 1840 observou-se que não existiam moradores nas regiões de Ngulungu e do Kazengu, além de duas ou três famílias «aristocráticas». A meio da década de 1850, segundo dados alegadamente retirados de um censo oficial, 3603 pessoas, ou cerca de um quinto da população de Ngulungu, possuíam o privilégio de usar sapatos; ver Livingstone 1857, pp. 400-1. Ver também Calheiros e Menezes 1867.
- ¹¹⁷ Ver Francina 1854-58; Livingstone 1857, p. 410; *O Mercantil* 185, 8 de Janeiro de 1874.
- ¹¹⁸ Ver Livingstone 1857, pp. 414-15; Monteiro 1968, II, p. 93; 1876, p. 201.
- ¹¹⁹ Ver, por exemplo, AHA, códice 6-1-10, ofício 326, 17 de Abril de 1976.
- ¹²⁰ Ver *Angolana* 1968, p. 188. Comentadores posteriores também assinalaram o facto de muitos agricultores africanos terem lucrado com a especulação resultante do desejo dos Europeus de adquirirem terra para plantação do café no início de 1870; ver AHA, códice 32-1-46, ofício 122, 29 de Maio de 1880.
- ¹²¹ Sobre a incidência da seca, da fome e das doenças entre os Mbundu, neste período, ver, em especial, Dias 1981.
- ¹²² AHA, códice 6-1-10, ofício 478, 23 de Julho de 1876.
- ¹²³ Ver Brito Capelo 1889: 37. Por volta de 1876, as exportações de óleo de palma a partir de Luanda haviam caído em cerca de metade. A exportação de amendoim cessou completamente em 1880, ver BO, 1879, 8, 22 de Fevereiro, 38, 20 de Setembro; *Angolana* 1971, pp. 290-91.
- ¹²⁴ AHUCG, pasta 48, carta estatística da população, 20 de Fevereiro 1878, *Anuário Estatístico* 1898, p. 3

- ¹²⁵ Ao Banco Nacional Ultramarino, fundado em 1864, foi concedido o monopólio bancário de Angola, com a intenção de estimular o desenvolvimento da agricultura por Europeus através da concessão de crédito aos agricultores. Muitos dos que pediram empréstimos ao Banco, no início da década de 1870, viram-se, mais tarde, impossibilitados de saldar a dívida ou de pagar as elevadas taxas de juro exigidas pelo Banco, que possuía pouco capital; sobre este assunto, ver, por exemplo, *Angolana* 1971, pp. 276-77; BFO, 4. 1886; Paiva Couceiro 1898, p. 26.
- ¹²⁶ *Angolana* 1968, p. 168; AHU, Angola, *Segunda Repartição, Segunda Secção*, pasta 3, Governo-Geral, ofício 218, 21 de Julho de 1879.
- ¹²⁷ Ver AHA, *avulsos*, maço 29-1-7, *Administração do Concelho do Golungo Alto*, ofício 141, s.d., 1879.
- ¹²⁸ Para uma discussão das causas da revolta dos Dembos de 1872, ver em particular *O Pharol do Povo*, 9. 23 de Abril-27 de Julho de 1883; também Magno 1934, pp. 19-35; Almeida 1938.
- ¹²⁹ Ver AHU, Angola, 2ª Repartição, 2ª secção, pasta 3, Governo-Geral, ofício 218, 21 de Julho de 1879.
- ¹³⁰ Ver *Angolana* 1971, pp. 403-5, 415-17.
- ¹³¹ Para pormenores sobre este assunto, ver a correspondência publicada em jornais de Luanda como *O Cruzeiro do Sul*, *O Pharol do Povo*, etc. também AHA, 18-2-4, de José Vieira da Silva ao Secretário-Geral. 11 de Abril de 1880.
- ¹³² Ver, em especial, Assis Junior 1917-18.
- ¹³³ Ver, por exemplo, *O Pharol do Povo*, 71, 18 de Junho de 1884.
- ¹³⁴ Existiam três plantações de café no Kazengu em 1867; a maior, «Protótipo», empregava pelo menos 400 escravos, com uma produção anual de cerca de 250 toneladas de café; a «Colónia de São João» possuía cerca de 200 escravos e *libertos*, com uma produção média anual de 150 toneladas; finalmente, «Palmira» produzia cerca de 100 toneladas de café anualmente pela mesma data, sugerindo uma força de trabalho de tamanho semelhante; ver BO, 1 de Novembro de 1845, 67, 19 de Dezembro de 1846; ACU, 1, 459; AHUCG, pasta 17 (616), Sinopse da Correspondência, nº 590, 8 de Agosto de 1851, Calheiros e Menezes 1867: AHA, códice G (5) 3-33, relatório do governador-geral, 1867.
- ¹³⁵ Brito Capelo 1889, pp. 40-1; estes números terão provavelmente aumentado quando as plantações aumentaram, em 1890. Por volta de 1914 existiam 12 044 trabalhadores oficialmente registados nas plantações na mesma região: estes incluíam 4408 jornaleiros e 7616 contratados por vários meses ou mesmo anos; ver Diniz 1914-18.
- ¹³⁶ Ver AHA, *avulsos*, maço 23-10-1, do comandante da segunda divisão do Cambambe ao chefe, 5 de Junho de 1886. Ver também AHU, 2ª Repartição, 2ª Secção, pasta 3, *Curadoria Geral*, ofício 160, 23 de Dezembro de 1879. Weider 1896-7, p. 114.
- ¹³⁷ Segundo estatísticas oficiais, a população nos concelhos da região de Luanda (excluindo a cidade de Luanda) decresceu em cerca de metade entre 1878 e 1898; comparar com AHUCG, pasta 48, mapa estatístico da população, 20 de Fevereiro 1878, *Anuario Estatístico* 1898. Em 1884, o preço médio de cada prisioneiro no Libolo era de 15 000 réis-20 000 réis, apesar de os donos de plantações em São Tomé pagarem frequentemente até três vezes mais, AHA, *avulsos*, maço 23-43-5, *Curadoria Geral*, ofício 190, 15 de Outubro de 1884; por volta de 1899, os donos de plantações em São Tomé pagavam cerca de 50 libras por prisioneiro. Tal era muito contestado pelos proprietários de Angola, que se lamentavam da sua incapacidade de pagar tanto quanto os São-tomenses; ver BFO, 2555, 1901; também Weider, 1896-97, p. 116.
- ¹³⁸ Ver AHA, *avulsos*, maço 16-2-2, 2 de Janeiro de 1876.
- ¹³⁹ Pormenores sobre este assunto podem ser encontrados nos *avulsos* e códices relacionados com o concelho do Cambambe, no AHA.
- ¹⁴⁰ Durante os quinze anos que se sucederam ao início do sistema de contrato laboral, após 1875, pelo menos 8000 pessoas foram legalmente contratadas no Dande para períodos de cinco a dez

- anos. A grande maioria vinha do Libolo e aproximadamente um terço era destinado a São Tomé; ver AHA, avulsos, maço 23-43-5, *Curadoria Geral*, officio 190, 15 de Outubro de 1884; ver também o registo de contratos entre *serviços* e colonos efectuado na delegação do concelho do Cambambe em 1881-89. A exportação anual de mão-de-obra de Angola para São Tomé subiu, ao todo, de 1388 em 1887 para 3131 em 1898 e para 5847 em 1915 (ver *Anuario Estatístico 1898*); ver Diniz, 1915, p. 31.
- ¹⁴¹ Após ter alcançado um máximo de 120 xelins por cwt. por volta de 1874, o preço do caté caiu rapidamente após 1882. Os preços voltaram a subir no final da década de 80 e nos anos 90, caindo novamente no fim do século. A tendência decrescente manteve-se no período anterior a 1920.
- ¹⁴² Comparar, por exemplo, Dias de Carvalho 1890, p. 119; Capelo 1889, pp. 40-1; *Portugal em Africa*, 2, 1895, pp. 985-86. As plantações do Banco em Kazengu incluíam, nesta data, «Protótipo», «Palmyra» e «Colónia de São João», as propriedades mais antigas e maiores.
- ¹⁴³ Ver Pinto 1888, p. 51. A primeira plantação de cana de açúcar no *hinterland* de Luanda foi começada em Icolo e Bengo em 1820. Por volta de 1870, Bom Jesus, perto de Calumbo, possuía uma «magnífica» refinaria e destilaria de cana-de-açúcar. As plantações de cana-de-açúcar foram também encetadas nesta década na área do Malange. Em 1886, a destilação do álcool da cana-de-açúcar era a maior indústria europeia em Angola. Em 1887, calculava-se a existência de 135 plantações de café e açúcar, na posse de proprietários brancos no *hinterland* de Luanda; em 1891, a produção de rum nesta área era de 5600 barris por dia, comparada com 3000 em Benguela e apenas 1000 em Moçamedes; ver Monteiro 1968, II, p. 119; Dias de Carvalho 1890, p. 189; BFO, 4, 1886; Paiva Couceiro 1890, p. 12.
- ¹⁴⁴ Brito Capelo 1889, p. 36. As dificuldades dos proprietários brancos aumentaram após 1900, quando os abastecimentos de borracha diminuíram e novos impostos foram colocados sobre o rum pelo Governo colonial; ver BFO, 2721, 1901.
- ¹⁴⁵ AHA, avulsos, maço 16-19-2, do *chefe* de Cambambe ao Secretário Geral, s.d., 1898.
- ¹⁴⁶ Antes de 1920, a opinião colonial portuguesa não considerava necessária nem desejável a aplicação em Angola do sistema adoptado para Moçambique, que consistia em conceder vastos monopólios de terra a companhias estrangeiras. Sobre as atitudes e políticas governamentais anteriores a 1900 ver AHU, Angola, 2ª Repartição, 2ª Secção, pastas 14 e 15, *passim*, também os artigos de *Portugal em África*, 2, 1894, e 5, 1898; Mello 1910.
- ¹⁴⁷ Ver, por exemplo, Pinto 1888. Segundo leis aprovadas em 1856 e 1862, que ainda estavam em vigor na década de 1890, as concessões até 1000 hectares podiam ser concedidas pelo governador-geral, sem enviar referência para Lisboa. Ver também Birmingham 1978.
- ¹⁴⁸ Ver *O Pharol do Povo*, 54 e 71, 23 de Fevereiro e 18 de Junho de 1884. Não existiam *sobados* no Kazengu em 1898; ver o *Anuario Estatístico*, 1898, p. 19.
- ¹⁴⁹ Tal torna-se evidente na observação dos avulsos e dos códigos relacionados com a administração nos concelhos no AHA.
- ¹⁵⁰ A razão para esta situação não é clara, embora pareça ter estado relacionada com uma disputa entre o *soba* e um proprietário branco em Ngulungu; ver BO 1877, 20, 19 de Maio.
- ¹⁵¹ Ver Dias 1976. Por volta de 1898, o número de famílias incluídas nos *sobados* de Kabuku Kambilo e Mubanga a Kitambu somavam menos de um quarto do total que se calculava existir em 1850; ver *Anuário Estatístico* 1898, p. 19.
- ¹⁵² Ver Diniz 1918, p. 26.
- ¹⁵³ Ver, por exemplo, AHA, avulsos, maço 29-1-7, relatório do chefe de Golungo Alto, 1877.
- ¹⁵⁴ Diniz 1918, p. 2.
- ¹⁵⁵ Ver Neuparth 1904, p. 22.

- ¹⁵⁶ Ver, particularmente BFO, 4 1886, e 1069, 1892: AHU, 2ª Repartição, 2ª Secção, pasta 16, ofício 287 do Governador Geral, 20 de Julho de 1892. O caminho de ferro Luanda-Ambaca, baptizado oficialmente como Caminho de Ferro Trans-Africano foi começado em 1887.
- ¹⁵⁷ Já em 1830 eram feitas críticas à exclusão de Angolanos dos postos na administração colonial; ver Dias 1982, 1984.
- ¹⁵⁸ AHA, avulsos, maço 29-2-4, ofício A do chefe do Golungo Alto, 1 de Junho de 1893.
- ¹⁵⁹ AHA, avulsos, maço 29-3-1, ofício 80 do chefe do Golungo Alto, 1 de Junho de 1900.
- ¹⁶⁰ Ver *Angolana* 1968, p. 167.
- ¹⁶¹ Sobre os aspectos dos primeiros protestos «nacionalistas» angolanos ver em especial Wheeler, 1970, 1971; Wheeler e Pélissier 1971; Dias 1984.
- ¹⁶² Ver Miller 1973.
- ¹⁶³ Ver, por exemplo, Capelo e Ivens 1881, II.3; Dias de Carvalho 1890, p. 188; Barros Gomes 1894; BFO 1333, 1894.
- ¹⁶⁴ As exportações de borracha através de Luanda caíram abruptamente de 1206 toneladas em 1893 para 709 toneladas em 1894. Por volta de 1896, as exportações de borracha através do Estado Livre do Congo atingiram as 1493 toneladas, comparadas com as 719 através de Luanda e as 1537 toneladas que passaram por Benguela; ver Paiva Couceiro 1898: *Portugal em África*, 2, 1895, pp. 623-25, 1018; Dias de Carvalho 1898, pp. 330-34, 1900-1, p. 104; BFO, 2721, 1901; BFO 1896, p. 17, 25 de Abril, *Apenso*, 1897, p. 31, 31 de Julho *Apenso*.
- ¹⁶⁵ Ver Dias de Carvalho 1890; também Capelo e Ivens em 1881, II, p. 185. Em 1915 estimava-se a existência de quase 1000 cabeças de gado nos concelhos a norte do Kwanza. Ver Diniz 1915.
- ¹⁶⁶ Ver Chatelain 1964, p. 552. Em 1918 era «raro» encontrar «escravos» nas famílias mbundu no território português; ver Diniz 1918.
- ¹⁶⁷ Diniz 1913, p. 83, 1914, pp. 90-4.
- ¹⁶⁸ O valor e o volume das exportações de café atingiu um máximo em 1894, com 7849 toneladas avaliadas em 1705 contos; ver BO, 1894, 20ª *Apenso*, 1895, p. 7, 16 de Fevereiro *Apenso*; Paiva Couceiro 1898, p. 12, quantidades desconhecidas foram também vendidas pelos Mbundu a negociantes estrangeiros mais a norte.
- ¹⁶⁹ Ver AHA, avulsos, maço 29-2-5, relato, 15 de Outubro de 1895; Brito Capelo 1889, pp. 27-8.
- ¹⁷⁰ Os Jinga haviam orientado o comércio do marfim para o Congo já desde o início da década de 1870; ver *O Mercantil*, p. 45, 11 de Maio de 1871, BFO, pp. 1105, 1892. Contemporaneos notaram um contraste marcante entre a pobreza do Malange e a abundância de comida e gado entre os Jinga, mais a norte; ver, por exemplo, *Portugal em África*, 2, 1895, p. 1018.
- ¹⁷¹ Ver AHA, avulsos, maços 16-9-2 e 16-7-4, *passim*.
- ¹⁷² Ver Belo de Almeida, 1940; Pães [Pacs? NdT] Brandão, 1904.
- ¹⁷³ Ver Weider 1897, p. 116; Diniz 1914, p. 107.
- ¹⁷⁴ Heintze 1972, p. 415.
- ¹⁷⁵ Ver Magno 1934; Almeida 1907; Galvão 1935.
- ¹⁷⁶ Ver Miller 1977, pp. 207-8; Carneira 1977, pp. 151-65; Pélissier in Wheeler e Pélissier 1971, p. 174.
- ¹⁷⁷ Compare-se, por exemplo, Vellut 1977, p. 311.
- ¹⁷⁸ Compare-se o ambiente ecológico similar e as reacções entre os povos Shona da Zambézia do Sul; Beach 1977.

Alexandre, Valentim

1979 *Origens do Colonialismo Moderno*, Lisboa: Sá da Costa.

1993 *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Lisboa: Edições Afrontamento.

Almeida, António de

1938 «Relações com os Dembos. Das cartas do Demba-do de Kakulu Kahenda», in *1º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, III, 4ª Secção, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

Almeida, João de

1907 «Relatório da coluna de operações aos Dembos», in *Relatórios da Secção de Agricultura do Governo Geral de Angola*, Luanda, pp. 101-63.

Alpers, Edward A.

1969 «Trade, State and Society among the Yao in the Nineteenth Century», *Journal of African History*, X, 3, pp. 405-20.

1975 *Ivory and Slaves in East Central Africa*, London etc., Heinemann.

AMC = Anaes Marítimos e Coloniaes

Andrade Corvo, João de

1883-87 *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, 4 volumes, Lisbon.

Anuário Estatístico dos Domínios Ultramarinos Portugueses, Lisboa: Imprensa Nacional, 1897-1933.

Angolana (Documentação sobre Angola)

1968 *I (1783-1883)*, editado por Mário António Fernandes de Oliveira, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

1971 *II (1883-1887)*, editado por Mário António Fernandes de Oliveira e Carlos Alberto Mendes do Couto, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Anon

1862 *A Cultura do Algodão. Notícia sobre esta Cultura e Modo de Trazer o seu Producto ao Comércio*, Lisboa.

1854-58 «Notícias do País de Quissama (1844)», *Anaes do Conselho Ultramarino. Parte Não Oficial*, Lisboa, I, pp. 450-52.

AHA = Arquivo Histórico de Angola, Luanda.

AHU = Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

AHUCG = Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Correspondência dos Governadores.

Assis Júnior, António de

1917-18 *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, 2 vols., Luanda.

Barbosa, Guilherme Pereira

1854-58 «Descripção d'este Districto (Cazengo) feita pelo Sr. Guilherme Pereira Barbosa e pedida pelo Sr. João de Roboredo, 1847», *Anaes do Conselho Ultramarino. Parte Não Oficial*, Lisboa, I, pp. 470-72.

Barros Gomes, Henrique

1894 «O comércio de Angola», *Portugal em Africa*, I, pp. 81-90, 113-21.

Batalha, Ladislau

1889 *Angola*, Lisboa: Biblioteca do Povo e das Escolas.

Beach, David

1977 «The Shona Economy», in Robin Palmer e Neil Parsons eds., *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, London etc.: Heinemann, pp. 37-59.

Belo de Almeida, António

1940 «As Últimas Campanhas do Libolo em 1905 e 1908 e o Capitão Antero de Carvalho Magalhães», *Colecção pelo Império*, 65, Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Birmingham, David

1966 *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and their neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, Oxford: Clarendon Press.

1970 «Angola and its Hinterland», in Richard Gray e David Birmingham eds., *Pre-Colonial African Trade*, London: Oxford University Press, pp. 163-73.

1975 «Central Africa from Cameroun to the Zambezi», in Richard Gray ed., *The Cambridge History of Africa*, London: Cambridge University Press.

1978 «The Coffee Barons of Cazengo», *Journal of African History*, XIX, iv, pp. 523-38.

BFO = British Foreign Office, Consular Series.

BO = *Boletim Oficial do Governo da Provincia de Angola*, 1845.

Brito Capelo, Guilherme Augusto

1889 *Relatório (31 December 1887)*, Lisboa.

Calheiros e Menezes, S. Lopes de

1867 *Relatório do Governador-Geral da Provincia de Angola, 1861*, Lisboa.

Capelo, H., e Ivens, R.

1881 *De Benguela às Terras de Iacca*, Lisboa: Imprensa Nacional.

Carneiro, João Vieira

1859-61 «Observações feitas em 1848 relativas a diversos objectos que lhe pareceram não exactos, no 3º volume dos Ensaios sobre a Estatística das Possessões Portuguezas da Africa Occidental pelo Conselheiro José Joaquim Lopes de Lima», *Anaes do Conselho Ultramarino. Parte Não Oficial*, Lisboa, II, pp. 174-79.

Carreira, António

1977 *Angola: da Escravidura ao Trabalho Livre*, Lisboa: Arcádia.

Carvalho e Menezes, Joaquim António de

1834 *Memória Geográfica e Política das Possessões Portuguezas n'Africa Occidental*, Lisboa.

1848 *Demonstração Geographica e Política do Territorio Portuguez na Guiné Inferior que Abrange o Reino de Angola*, Rio de Janeiro.

Castro Henriques, Isabel

1992 «Commerce et changement en Angola au XIX^e siècle. Knbangala et Tshokwe face à la Modernité», tese de doutoramento, Université de Paris I.

Chatelain, Héli

1964 *Contos Populares* (tradução da edição original inglesa, *Folk Tales of Angola*, Nova Iorque, 1894), Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

- 1893 «Geographic Names of Angola, West Africa», *Journal of the American Geographical Society of New York*, XXV, pp. 304-12.
- Clarence-Smith, Gervase
- 1983 «Capital accumulation and class formation in Angola», in David Birmingham e Phyllis Martin eds., *History of Central Africa*, Londres: Longman, 163-199.
- 1985 *The Third Portuguese Empire 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*, Manchester: Manchester University Press.
- Couto, Carlos Alberto Mendes
- 1972 *Os Capitães-Mores em Angola no século XVIII*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- Dias, Jill R.
- 1976 «Black Chiefs, White Traders and Colonial Policy near the Kwanza: Kabuku Kambilo and the Portuguese 1873-1896», *Journal of African History*, XVIII, 2, pp. 245-378.
- 1981 «Famine and Disease in the History of Angola ca. 1830-1930», *Journal of African History*, XXI, 3, pp. 349-78.
- 1982 «A Sociedade Colonial de Angola e o Liberalismo Português ca. 1820-1850», in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, I, pp. 267-86.
- 1984 «Uma Questão de Identidade. Respostas Intelectuais às Transformações Económicas no Seio da Elite Crioula da Angola Portuguesa entre 1870 e 1930», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, I, pp. 61-94.
- Dias de Carvalho, Henrique Augusto
- 1890, 1892 *Descrição da Viagem a Mussumba do Muatianvua*, 2 volumes, Lisboa: Imprensa Nacional.
- 1895 *Conferência: Lunda Portuguesa*, Lisboa.
- 1898 *O Jagado de Cassange na Província de Angola*, Lisboa.
- 1900-1901 «A Província de Angola e o Estado Independente do Congo», *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 4, pp. 38-50, 102-16, 215-30.
- Diniz, António da Costa
- 1859-61 «Pungo Andongo», *Anaes do Conselho Ultramarino. Parte Não Oficial*, Lisboa, II, pp. 133-35.
- Diniz, José de Oliveira Ferreira
- 1913, 1915 *Negócios Indígenos*, 3 vols., Luanda e Lisboa.
- 1918 *Populações Indígenas de Angola*, Coimbra.
- Duarte, José Vicente
- 1859-61 «Notícias de alguns dos districtos de que se compõe esta província (Angola) – Districto do Duque de Bragança», *Anaes do Conselho Ultramarino. Parte Não Oficial*, Lisboa, II, 123-28, 129-35, 141-45.
- Duffy, James
- 1967 *A Question of Slavery: Labour Policies in Portuguese Africa and the British Protest 1850-1920*, Oxford.
- Estatística Comercial da Província de Angola (apenso ao Relatório do Governador Geral da Província de Angola em 1888)*, Lisboa.
- 1891 Imprensa Nacional, 1891.
- Estatística Comercial do Círculo Aduaneiro de Angola*
- 1912 1909, Luanda, Imprensa Nacional.

Estatística Comercial do Circulo Aduaneiro de Angola

1915 1910, Luanda, Imprensa Nacional.

Feo Cardoso de Castello Branco, e Torres, João Carlos

1825 *Memórias, contendo a Biographia do Vice-Almirante Luiz de Motta Feo e Torres*, Paris.

Fonseca, Sebastião de Almeida

1854-58 «Relação de uma jornada de Loanda ao Presídio de Pungo-Andongo, Província de Angola no anno de 1847», *ACU*, I, pp. 475-78.

Fonseca, Luis Simplicio

1859-61 «Districto dos Dembos», *ACU*, II, pp. 86-89.

Francina, Manoel Alves de Castro

1854-58a «Itinerário de Uma Jornada de Loanda ao Districto de Ambaca», *ACU*, I, pp. 3-15.1854-58b «Viagem a Cazengo pelo Quanza e Regresso por Terra», *ACU*, I, pp. 452-58.

Galvão, Henrique

1935 *Dembos, I, II e III: Coleção pelo Império*, n.º 3, 4 e 17.*Governo Geral de Angola, Repartição do Gabinete*1909 *Relatórios*, Luanda: Imprensa Nacional.

Graça, Joaquim Rodrigues

1854-58 «Viagem feita de Loanda com destino as cabaceiras do Rio Sena, ou aonde fôr mais conveniente pelo interior do continente de que as tribos são senhores, principiada em 24 de Abril de 1845», *Anaes do Conselho Ultramarino. Parte Não Oficial*, Lisboa, I, 101-14, 117-29, 133-46.

Heintze, Beatrix

1972 «Notes on the Kisama of Angola», *Journal of African History*, XIII, 3, pp. 407-18.1979 «Der Portugiesisch-afrikanische Vasallenvertrag in Angola im 17. Jahrhundert», *Paideuma*, 25, pp. 195-223.1980 «Luso-African Feudalism in Angola? The Vassal Treaties of the 16th to the 18th century», *Revista Portuguesa de História*, 18, pp. 111-31.

Hopkins, Anthony

1973 *An Economic History of West Africa*, London: Longman Group Ltd.

Isaacman, Allen. F.

1972 *Mozambique: The Africanisation of a European Institution. The Zambezi Prazos 1750-1902*, Madison etc., The University of Wisconsin Press.

JFP = Junta da Fazenda Pública.

Klein, Martin

1971 «Slavery. The Slave Trade and Legitimate Commerce in Late Nineteenth Century Africa», *Etudes d'Histoire Africaine*, II, pp. 5-28.

Krafft, Padre Jorge

1894 «Relatório da Viagem ao Libollo com o fim de escolher um logar proprio para a fundação de uma missão catholico-civilisadora», *Portugal em Africa*, I, pp. 25-28, 57-61, 104-10.

Lima, António Julio de

1859-61 «Roteiro de Uma Viagem de Luanda a Cazengo», *Anaes do Conselho Ultramarino. Parte Não Oficial*, Lisboa II, pp. 151-52.

Livingstone, David

1857 *Missionary Travels and Researches in South Africa*, Londres.

Lopes de Lima, José Joaquim

1846 *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Occidental e Oriental*, vol. III: *Angola e Benguela*, Lisboa.

Magno, David

1934 *Guerras Angolanas*, Porto.

Martin, Phyllis

1972 *The External Trade of the Loango Coast 1576-1870*, Oxford: Clarendon Press.

Mello, Lopo Vaz de Sampayo e

1910 *Política Indígena*, Lisboa.

Milheiros, Mário

1972 *Índice Histórico-Corográfico de Angola*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.

Miller, Joseph C.

1970 «Cokwe Trade and Conquest», in Richard Gray e David Birmingham eds., *Pre-Colonial African Trade*, London: Oxford University Press, pp. 175-201.

1973 «Slaves, Slavers and Social Change in Nineteenth Century Kasanje», in Franz-Wilhelm Heimer ed., *Social Change in Angola*, Munich: Arnold-Bergstraesser Institut.

1976 *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola*, Oxford: Clarendon Press.

1977 «Imbangala Lineage Slavery», in Igor Kopytoff e Suzanne Miers eds., *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives*, Madison: University of Wisconsin Press, pp. 205-33.

1983 «The Paradoxes of Impoverishment in the Atlantic Zone», in David Birmingham & Phyllis Martin, eds., *History of Central Africa*, Londres: Longman, I, pp. 118-59.

Monteiro, Joachim John

1968 *Angola and the River Congo*, 2 vols., 1875, reeditado Londres: Frank Cass and Company Ltd.

1876 «On the Quissama Tribe of Angola», *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, V, pp. 198-201.

Neuparth, Eduardo Augusto

1904 *Apointamentos para a História da Companhia Agrícola de Cazengo*, Lisboa.

O Cruzeiro do Sul (jornal publicado em Luanda, 1876-79).

O Mercantil (jornal publicado em Luanda, 1870-97).

O Pharol do Povo (jornal publicado em Luanda, 1883-85).

Oliveira Martins, Joaquim Pedro de

1953 *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (1ª ed. 1880), Lisboa: Guimarães e Cª.

Pães Brandão, Tenente

1904 «O Diário da Marcha do chefe do concelho do Libollo à Região da Quiballa», *Portugal em África*, II, pp. 22-23, 76-79, 137-40, 223-27, 288-91, 349-55, 406-12, 481-85.

Paiva Couceiro, Artur de

1898 *Angola, Estudo Administrativo*, Lisboa.

1910 *Angola (Dois annos de Governo, Junho de 1907 - Junho de 1909. História e Comentarios)*, Lisboa.

Pélissier, René

1977 *Les Guerres crises. Resistances et révoltes en Angola (1845-1941)*, Orgeval, edição do autor.

1978 *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval: edição do autor.

Pery, Gerardo A.

1875 *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa.

Pinheiro Chagas, Manuel Joaquim

1890a *A Africa Portuguesa*, Lisboa.

1890b *As Colónias Portuguesas no Século XIX, 1811-1890*, Lisboa.

Pinto, Francisco António

1888 *Angola e Congo*, Lisboa.

Ponte e Horta, José Maria

1889 *Relatório (4 November 1872)*, Lisboa.

Portugal em Africa, Iª Série (1894 -1910).

Pössinger, Herman

1973 «Interrelations between Economic and Social Change in Rural Africa. The Case of the Ovimbundu of Angola», in Franz-Wilhelm Heimer ed., *Social Change in Angola*, Munich, Arnold Bergstraesser Institut, pp. 32-52.

Relatórios e Informações: Apenso ao Boletim Oficial, ano de 1918, Luanda: Imprensa Nacional, 1918.

Ribas, Óscar

1969 *Uanga*, Luanda: Tip. Angolana.

Sá da Bandeira, Visconde de

1873 *O Trabalho Rural Africano e a Administração Colonial*, Lisboa.

Saldanha Gama, António de

1839 *Memória sobre as Colónias de Portugal Situadas na Costa Occidental da Africa*, Paris.

Salles Ferreira, Francisco de

1845-46 «Memória sobre o Presidio de Pungo Andongo», *AMC*, série 6, 4, pp. 107-19.

Sarmento, Alfredo

1880 *Os Serviços D'afrika (Apontamentos de Uma Viagem)*, Lisboa.

Silva Correia, Elias Alexandre da

1937 *História de Angola*, 2 vols., Lisboa: colecção dos clássicos da Expansão portuguesa no mundo.

Soremukin, Fola

1977 «Trade and Dependency in Central Angola», in Robin Palmer e Neil Parsons eds., *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, Londres etc.: Heinemann.

Sousa Dias, Gastão

1934 *Relações de Angola. Primórdios da Ocupação portuguesa pertencentes ao Cartório do codice existente na Biblioteca Nacional de Paris*, Coimbra.

St. John, Christopher

1970 «Kazembe and the Tanganyika/Nyasa Corridor, 1880-1890», in Richard Gray e David Birmingham eds., *Pre-Colonial African Trade*, Londres: Oxford University Press, pp. 202-30.

Valdez, Francisco Travassos

1861 *Six Years of a Traveller's Life in Western Africa*, 2 vols., Londres.

Vellut, Jean-Luc

1970 «Relations internationales du moyen-Kwango et de l'Angola dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle», *Études d'Histoire Africaine*, i, pp. 89-97.

1977 «Rural Poverty in Western Shaba c. 1890-1930», in Robin Palmer e Neil Parsons eds., *The Roots of Rural Poverty*, Londres etc.: Heinemann.

Weider, Padre

1896, 1897 «A Região do Libolo», *Portugal em Africa*, 3, p. 456; 4, pp. 65-71, 113-22.

Wheeler, Douglas L., e Pélissier, René

1971 *Angola*, Londres: Pall Mall Press.

Wheeler, Douglas L.

1971 «Origins of African Nationalism in Angola: Assimilado Protest Writings 1859-1929», in Ronald H. Chilcote ed., *Brazil and Portuguese Africa*, Berkeley.

1970 «An Early Angolan Protest. The Radical Journalism of José de Fontes Pereira (1823-1891)», in R. Rotberg e Ali Mazrui eds., *The Traditions of Protest in Black Africa*, Oxford.

Zilhão, João Soares

1962 «Uma Aristocracia Regional de Angola: Gente Antiga do Dande», *Independência*, ano 22, 26, Lisboa.